

Universidade de Brasília

Faculdade de Direito

Luísa Pedrosa de Medeiros

***SHARENTING* COMO FONTE DE RENDA PARA OS PAIS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A EXPOSIÇÃO DE MENORES EM MÍDIAS
SOCIAIS À LUZ DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL**

Trabalho de Conclusão de Curso

Brasília

10 de dezembro de 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO

***SHARENTING* COMO FONTE DE RENDA PARA OS PAIS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A EXPOSIÇÃO DE MENORES EM MÍDIAS
SOCIAIS À LUZ DA DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL**

LUÍSA PEDROSA DE MEDEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
curso de graduação em Direito da Universidade
de Brasília, como requisito parcial para obtenção
do Título de Bacharel em Direito

APROVADA POR:

Prof^ª. Suzana Borges Viegas de Lima
(Orientadora)

Prof. Alexandre Kehrig Veronese Aguiar
(Examinador Interno)

Prof. Frederico Henrique Viegas de Lima
(Examinador Interno)

BRASÍLIA/DF, 10 DE DEZEMBRO DE 2019

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é endereçado à minha família. Agradeço aos meus pais por todo o suporte material e emocional prestados ao longo de toda a minha vida e, especialmente, por serem sempre meus maiores torcedores. Cada conquista minha tem uma enorme contribuição de vocês e, por isso, serei eternamente grata.

À minha irmã Mariana Pedrosa, por ser meu referencial de dedicação e sucesso e, especialmente, por não me permitir desistir nem por um segundo, ainda que fosse necessário me trazer pela mão.

Ao meu amor, Gabriel Veras, por todas as noites de sábado em que as saídas foram trocadas por estudos. Agradeço por termos vivenciado e vencido essa fase juntos.

Agradeço a todos os professores que compartilharam seu conhecimento comigo ao longo da graduação. Reconheço quão importante foi poder contar com profissionais tão brilhantes ao longo desse percurso.

Aos meus colegas de curso, em especial, Nathália Bandeira, Raissa Mamede, Gabriel Soares e Anna Clara. Obrigada por terem sido grandes parceiros na graduação e por ter tornado essa jornada menos excruciante.

Um agradecimento especial à minha orientadora, professora Suzana Viegas, por ter permitido me aventurar em um tema tão inovador e por ter comprado a ideia desde o início. Agradeço por cada lição compartilhada e, com leveza e paciência, ter me guiado no decorrer das dificuldades.

Por fim, agradeço aos meus companheiros do Machado Gobbo Advogados. Jamais esquecerei o quão importante foi o suporte de vocês, que acompanharam diariamente cada avanço ou dificuldade na pesquisa, sempre apostando no meu sucesso. Obrigada.

RESUMO

O *sharenting* consiste no hábito de os pais utilizarem as redes sociais para compartilhar informações - fotos, vídeos e acontecimentos - sobre seus filhos. Por vezes, esse fenômeno é utilizado como fonte de renda para os pais, que recebem uma contrapartida financeira por divulgar determinado produto ou marca no perfil das mídias sociais dessas crianças. Decorre daí a ocupação pelos pais de dois espaços potencialmente conflitantes: de um lado, posicionam-se como guardiões da identidade online dos filhos e protetores de seu melhor interesse e, de outro, são eles os próprios interessados na exploração das imagens dos menores, uma vez que a atividade lhes propicia retorno financeiro. Em que pese a doutrina da proteção integral ao menor estender à sociedade e ao Estado o dever de proteção das crianças e dos adolescentes, até que ponto as normas jurídicas podem interferir na liberdade de expressão dos pais que desejam compartilhar um dos mais relevantes acontecimentos da vida de um indivíduo, que é justamente a paternidade/maternidade? A presente pesquisa se dedica a estudar como o *sharenting* comercial pode repercutir na imagem, capacidade e no direito como trabalhadores das crianças e adolescentes, a partir da análise dos casos Melody, DaddyOFive e Enrico Bacchi.

Palavras-chave: Sharenting. Trabalho artístico infantil. Doutrina da proteção integral ao menor. Direito à imagem de crianças.

ABSTRACT

Sharenting is the habit of parents that use social networks to share information - photos, videos, and events - about their children. This phenomenon is sometimes used as a source of income for parents who receive economic implication for publicizing a product or brand in their children's social media profile. Therefore, parents occupy potentially conflicting places: at a side, they position themselves as guardians of their children's online identity and protectors of their best interests, and on the other hand, they are interested in exploring the images of minors, since the activity gives them financial return. Although the doctrine of full protection to the infant assign to society and the state the duty of protection of children, how can legal norms interfere with the freedom of expression of parents who wish to share one of the most important events in the life of an individual, which is paternity /maternity? This research is dedicated to study how commercial sharenting can affect the image, capacity and law as workers of children and adolescents, from the analysis of the cases Melody, DaddyOFive and Enrico Bacchi.

Keywords: Sharenting. Children's artistic labour. Doctrine of full protection to the infant. Children's right of image.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
1.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1.2.	METODOLOGIA	10
1.2.1.	Participantes.....	11
2.	ENTENDENDO O <i>SHARENTING</i>: COMO O FENÔMENO SE TRANSFORMA EM UM NEGÓCIO PARA OS PAIS	12
2.1.	INFLUENCIADORES DIGITAIS: OS PROFISSIONAIS DA INTERNET	12
2.2.	<i>SHARENTING</i> E A PRESENÇA DAS CRIANÇAS NO MUNDO DIGITAL	13
2.3.	O <i>SHARENTING</i> COMO FONTE DE RENDA PARA OS PAIS	15
3.	A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL AO MENOR	18
3.1.	SURGIMENTO E APLICABILIDADE DA DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	18
3.2.	<i>SHARENTING</i> COMERCIAL: EXPLORAÇÃO DA IMAGEM, CAPACIDADE E DIREITOS DAS CRIANÇAS COMO TRABALHADORES	21
4.	ESTUDO DE CASO	27
4.1.	CASO MELODY E A EXPLORAÇÃO À IMAGEM DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	27
4.2.	CASO DADDYOFIVE E A CAPACIDADE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	42
4.3.	CASO ENRICO BACCHI E O DIREITO AO NÃO-TRABALHO	57
5.	CONCLUSÃO.....	71
6.	Referências	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quantidade de usuários das redes sociais em 2018 e 2019	14
Figura 2 – Link para o vídeo de <i>Bad Boy</i> no Youtube	29
Figura 3 – Vídeo de <i>Bad Boy</i> indisponível no Youtube	30
Figura 4 – Campanha publicitária “Sombra e Água” na <i>Vogue Kids</i> , em 2014.....	31
Figura 5 – Comentário em foto do Instagram da Melody	34
Figura 6 - Tabela IPEA: estupros de menor de 13 anos entre 2011 – 2014 (CERQUEIRA, COELHO E FERREIRA, 2017)	35
Figura 7 – Trechos do vídeo no canal DaddyOFive	43
Figura 8 – Trechos do vídeo no canal DaddyOFive	44
Figura 9 – Vídeo de Nissim Ourfali	54
Figura 10 – Proposta de medida para os provedores de aplicação “Essa é uma criança?” (KUMAR e SCHOENEBECK, 2015)	55
Figura 11 – Proposta de medida para os provedores de aplicação: aviso com foto (WANG, LEON, <i>et al.</i> , 2013)	56
Figura 12 – Proposta de medida para os provedores de aplicação: aviso com tempo (WANG, LEON, <i>et al.</i> , 2013)	56
Figura 13 – Perfil de Enrico Bacchi no Instagram (BACCHI).....	57
Figura 14 – Fotos do perfil do Enrico Bacchi: rotina da criança.....	59
Figura 15 – Fotos do perfil de Enrico Bacchi: “criança normal”	60
Figura 16 – Fotos do perfil de Enrico Bacchi de 01/07/2019 a 31/07/2019.....	63
Figura 17 – Foto no perfil de Enrico Bacchi para divulgar Tivoli Ecoresort.....	64
Figura 18 – Foto no perfil de Enrico Bacchi para divulgar <i>I am just for little</i>	64
Figura 19 – Foto de Enrico Bacchi “brincando” com o tambor para publicidade.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados identificados no Facebook – adaptado de MINKUS, LIU e ROSS, 2015 ..	32
Tabela 2 – Dados identificados no Instagram – adaptado de MINKUS, LIU e ROSS, 2015 ..	33
Tabela 3 – Diferença entre trabalho e lazer/jogo – adaptada de Melro, 2010.....	61
Tabela 4 – Análise das publicações no perfil de Enrico Bacchi em julho de 2019.....	63

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil, 140 milhões de brasileiros são usuários ativos das redes sociais, gastando por volta de 3 horas e 34 minutos diários com essa atividade (WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE, 2019). Em meio a esse contexto, os influenciadores digitais despontam como formadores de opinião *online* e produtores de conteúdo digital que, ao compartilharem sua vida, gostos e rotinas nas mídias sociais, geram repercussões no comportamento daqueles que os acompanham, inclusive como agentes econômicos (KARHAWI, 2017).

Conforme a rotina destes influenciadores é compartilhada na internet, o ato de se tornarem pais, o nascimento e o desenvolvimento dos filhos também passam a ser objeto de divulgação.

Decorre daí o surgimento do fenômeno que foi nomeado de *sharenting*, isto é, o hábito de os pais utilizarem as mídias sociais para compartilhar informações - fotos, vídeos e acontecimentos - sobre seus filhos. A estimativa é que as crianças adquirem presença na web com 6 meses de vida e que, até os dois anos de idade, 81% das crianças já serão titulares de uma pegada digital (AVG DIGITAL DIARIES, 2010).

Muitas vezes, esses pais não apenas publicam imagens dos filhos em sua conta particular, mas também criam e administram um perfil exclusivo do menor, que pode alcançar milhares (ou até milhões) de seguidores. Em razão do compartilhamento habitual de imagem das crianças, esses pais recebem propostas para realizar postagens pagas com as crianças, destinadas a divulgar determinado produto (ex. roupa infantil, produtos para higiene do bebê, alimentação etc.).

A situação suscita vários questionamentos que importam para o Direito, especialmente considerando a condição peculiar de seres em desenvolvimento atribuída às crianças e aos adolescentes e o tratamento especial e prioritário do qual são titulares, segundo a doutrina da proteção integral ao menor (MACHADO, 2003). Ora, como garantir que os direitos das crianças e adolescentes estão sendo devidamente observados se os pais, que são os primeiros legitimados por sua tutela, são justamente aqueles que se interessam por sua exploração? Ao mesmo tempo, até que ponto as normas jurídicas podem interferir na liberdade de expressão dos pais que desejam compartilhar um dos mais relevantes acontecimentos da vida de um indivíduo, que é

justamente a paternidade/maternidade? (RETTORE e BORGES E SILVA, 2016) O fato de os pais receberem uma contrapartida financeira como consequência dessa exposição incrementa a complexidade do debate.

Em artigo sobre os direitos da criança e a mídia, Paulo David indica que as crianças envolvidas com publicidade estão vulneráveis a três tipos de exploração: a exploração de sua imagem, de suas capacidades e de seus direitos como trabalhadores (DAVID, 2002). Partindo desse pressuposto, o presente estudo buscou analisar três casos capazes de revelar de que maneira cada um desses tipos de exploração se manifesta no *sharenting* comercial.

O caso da artista mirim Melody demonstra como o direito à imagem das crianças e adolescentes é explorado nas mídias sociais, suscitando discussões sobre a adultização e erotização infantil como estratégia mercadológica e os perigos decorrentes da ampla exposição sob a qual são submetidas essas crianças e adolescentes.

O caso ‘DaddyOFive’ demonstra como a capacidade das crianças e adolescentes é explorada, suscitando discussões sobre como evitar que a liberdade de expressão dos pais viole o direito à personalidade das crianças e adolescentes, considerando a vulnerabilidade inerente a sua condição de seres em condição peculiar de desenvolvimento.

O caso Enrico Bacchi demonstra a exploração das crianças e dos adolescentes em seus direitos como trabalhadores, suscitando discussões sobre as diferenças entre o trabalho artístico infanto-juvenil que é desempenhado no âmbito da indústria tradicional e no âmbito do *sharenting*.

1.2. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso, método utilizado nas ciências sociais e da saúde que permite a avaliação e descrição de situações dinâmicas em que o elemento humano se encontra presente (YIN, 2001). Este método pode ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias, como as com caráter descritivas e explicativas.

No estudo de caso, o pesquisador busca descrever, compreender e interpretar a complexidade de uma situação concreta, a partir de um estudo profundo e exaustivo de um objeto delimitado. Por ser uma técnica de pesquisa abrangente, o pesquisador possui pouco controle sobre eventos e manifestações do fenômeno (ANDRADE MARTINS, 2008).

Para YIN (2001), o estudo de caso deve ser utilizado para explorar situações cotidianas as quais os limites não estão bem definidos, descrever situações em que está sendo realizada a investigação e explicar variáveis causais de determinado fenômeno cuja situação não possa ser realizada por meio de levantamentos e experimentos.

A escolha deste método se dá pelo fato do *sharenting* comercial ser um fenômeno contemporâneo e complexo, cujos limites em que se insere ainda não estão bem definidos. Desta forma, para atingir os objetivos da pesquisa, optou-se por esta forma de análise em três situações específicas que o fenômeno acontece na atualidade.

1.2.1. Participantes

Foram escolhidas três crianças, menores de 12 anos de idade, cujo perfil e a carreira são gerenciados pelos pais.

O primeiro caso escolhido foi da cantora Melody, de 12 anos de idade, que gerou repercussão na mídia pela exploração da sua imagem. Para a análise deste caso, foi realizado um levantamento de materiais jornalísticos. Neste material, foi analisado o motivo pelo qual o caso repercutiu na mídia, o posicionamento da justiça e dos operadores de direito no caso e uma breve análise dos impactos para o desenvolvimento da criança.

O segundo caso foi um canal do Youtube, intitulado “DaddyOFive”. A repercussão na mídia gerada por este caso se deu por conta dos abusos emocionais e da violência psicológica ocasionados às crianças sobretudo considerando sua condição de vulnerabilidade. Foi realizada a análise da repercussão midiática, também do posicionamento judicial e do impacto na saúde mental das crianças.

Por fim, o terceiro caso trata da análise da rede social do jovem Enrico Bacchi, de apenas 02 anos de idade e cujo perfil do Instagram, gerenciado pela mãe, possui aproximadamente, 2,6 milhões de seguidores. A escolha deste caso se deu pelo reconhecimento da mãe, em entrevista, que o filho recebia pela publicidade realizada nas mídias sociais. Apesar de não ter sido judicializado, esse caso permitiu a análise da exploração da força laboral da criança e a necessidade do posicionamento da justiça nestes casos.

2. ENTENDENDO O *SHARENTING*: COMO O FENÔMENO SE TRANSFORMA EM UM NEGÓCIO PARA OS PAIS

2.1. INFLUENCIADORES DIGITAIS: OS PROFISSIONAIS DA INTERNET

O termo “influenciador digital” foi introduzido no vernáculo brasileiro de forma marcante a partir de 2015, atrelado à inclusão de novos aplicativos no âmbito de produção dos antigos blogueiros e *vlogueiros*, que deixaram de ter como única ferramenta de trabalho seus blogs ou vlogs, e deram início à produção de conteúdo através do Facebook, Twitter, Instagram, Youtube etc (KARHAWI, 2017).

Consolida-se, portanto, como uma forma mais genérica de conceituar a profissão de seus precursores – blogueiros e *vlogueiros* – os quais passam a ser reconhecidos como sujeitos que trabalham com e na internet, independentemente da plataforma utilizada (KARHAWI, 2017).

No entanto, antes mesmo de o termo “influenciador digital” despontar, estudos já reconheciam a importância daqueles que detinham certa voz no mundo digital, sobretudo para o campo da comunicação e marketing. Em 2011, Terra inaugura o conceito de “usuário-mídia”, que é o sujeito que abandona a condição de mero consumidor e avança para se tornar um efetivo produtor de conteúdo e formador de opinião online. Nas palavras de Terra:

É um *heavy user* tanto da internet quanto das mídias sociais e que produz, compartilha, dissemina conteúdos próprios e de seus pares, bem como os endossa junto às audiências em blogs, microblogs, fóruns de discussões on-line, comunidades em sites de relacionamento, chats, entre outros (TERRA, 2011)

A esse respeito, Karhawi acrescenta que não basta a produção de conteúdo para que o sujeito possa ser considerado um influenciador digital: é imprescindível que ele exerça poder sobre o processo de decisão de compra dos demais, que influencie seus estilos de vida, gostos e bens culturais, bem como que seja capaz de instaurar discussões sobre determinado assunto (KARHAWI, 2018).

Abidin é uma antropóloga e etnógrafa cingapuriana que se dedica a estudar a cultura da internet. A autora, assim como Karhawi, entende que o termo “influenciador digital” contempla todas as “microcelebridades” da internet conceituadas, independentemente da plataforma utilizada por elas (ABIDIN, 2015). Segundo ela, o influenciador é um usuário de internet comum, que possui um elevado número de seguidores com quem compartilha, por narrações

visuais ou textuais, sua rotina e estilo de vida, os envolvendo em espaços físicos e virtuais. A prática é monetizada a partir da inclusão de publicidade nas postagens realizadas pelo influenciador.

Todas as três autoras destacam o aspecto de amadorismo que pauta a profissão de influenciador digital, tendo em vista que a atuação desses sujeitos não exige qualquer tipo de especialização ou formação profissional.

Karhawi verifica que os influenciadores são encarados como especialistas sobre seu assunto de interesse, o que demonstra a “transformação de um *hobby* em uma profissão” (KARHAWI, 2017). Na mesma linha e partindo do pressuposto que os influenciadores são personagens comuns que se apresentam como formadores de opinião no ambiente digital, Terra conclui que “qualquer usuário conectado é um potencial produtor de conteúdo” (TERRA, 2017).

ABIDIN, por outro lado, traz à baila o conceito de “*calibrated amateurism*” (amadorismo calibrado/controlado, em tradução livre), prática segundo a qual os influenciadores digitais atuam no sentido de intencionalmente criar uma aparência de autenticidade ou casualidade para que seu conteúdo se manifeste como algo amador, ainda que o sujeito esteja utilizando todas as plataformas, recursos, ferramentas, vernáculo social e capital social apropriados para isso (ABIDIN, 2017).

O amadorismo controlado se mostra ainda mais relevante dentro do contexto de profissionalização dos influenciadores que, inicialmente, haviam se destacado como pessoas movidas pela paixão, sem qualquer tipo de contrapartida financeira.

2.2. SHARENTING E A PRESENÇA DAS CRIANÇAS NO MUNDO DIGITAL

O hábito de compartilhar a vida e a rotina nas redes sociais não fica restrito aos influenciadores digitais: muito pelo contrário, diversas pesquisas realizadas ao redor do mundo revelam que essa é uma atividade extensamente difundida entre o público que consome internet. Segundo pesquisa divulgada em 2019 pelas empresas We are Social e Hootsuite, dentre os 149,10 milhões de brasileiros que utilizam a internet, 140 milhões são usuários ativos de mídias sociais, o que corresponde a 66% do total da população brasileira (WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE, 2019).

A média de tempo gasto diariamente em redes sociais no Brasil é de 3 horas e 34 minutos, sendo que o Youtube é a plataforma mais popular, acessada por 95% dos brasileiros que usam a internet. Logo atrás, vem o Facebook, acessado por 90% desses brasileiros, e o Instagram, acessado por 71% deles. O gráfico a seguir demonstra que, em um curto espaço de tempo (um ano), a quantidade de brasileiros (em milhões) que acessam as mencionadas redes sociais aumentou consideravelmente, sendo que o Instagram foi a rede social cujo aumento na quantidade de acessos foi o mais significativo (mais de 18%):

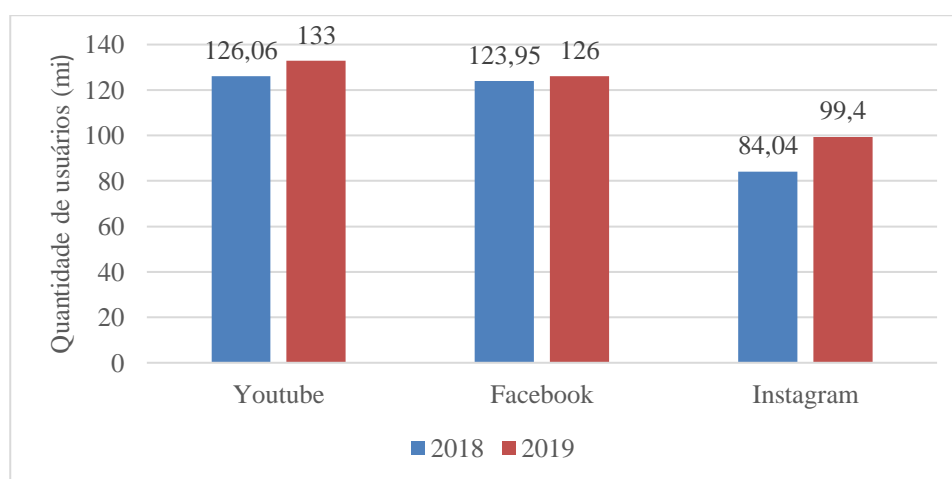


Figura 1 – Quantidade de usuários das redes sociais em 2018¹ e 2019²

De mais a mais, dentro de um contexto em que as pessoas se habituaram a compartilhar sua vida e rotina no mundo virtual, parece natural que o ato de se tornar pai, o nascimento e o desenvolvimento de um filho também tenham se tornado objeto de divulgação. Decorre daí a inauguração do conceito de “*sharenting*” (BLUM-ROSS e LIVINGSTONE, 2017), decorrente da junção entre as palavras “*share*” (compartilhar) e “*parenting*”, que pode ser traduzida como o desempenho da paternidade/maternidade.

O termo representa o hábito de os pais utilizarem as mídias sociais para compartilhar informações - fotos, vídeos e acontecimentos - sobre seus filhos, que normalmente retratam: (i) eventos significativos (*milestones*), como, por exemplo, a queda do primeiro dente de leite da criança; (ii) família e amigos; (iii) momentos considerados “fofos” e; (iv) momentos considerados engraçados (KUMAR e SCHOENEBECK, 2015).

¹ (WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE, 2018)

² (WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE, 2019)

Dentre as razões pelas quais os pais praticam o *sharenting*, destacam-se: receber apoio e trocar conselhos/dicas com outros pais, permitir que os familiares estejam em contato com a criança, demonstrar o orgulho que têm dos filhos ou até mesmo pintar uma imagem de bons pais (VERSWIJVEL, WALRAVE, *et al.*, 2019).

Independentemente do que os motive, os pais tornaram essa prática um hábito: pesquisa realizada em 2010 nos EUA (AVG DIGITAL DIARIES, 2010), demonstrou que aproximadamente 23% de crianças já possuem sua imagem publicada em redes sociais antes mesmo de nascer, a partir da divulgação de ultrassonografias pelos pais. A média de idade em que as crianças adquirem presença digital é 6 meses de vida e, aos dois anos de idade, 81% das crianças já possuem uma pegada digital. Além disso, mais de 70% das mães afirmaram ter postado fotos de bebês e crianças para compartilhar com amigos e família.

Apesar de a academia majoritária defender que a prática não deva ser absolutamente proibida, há unanimidade sobre a necessidade de os pais serem criteriosos sobre o conteúdo divulgado e de monitorarem constantemente os perfis em redes sociais, bem como as pessoas que a este possuem acesso. Afinal, os riscos ocasionados às crianças vão desde a violação ao seu direito à privacidade e imagem até sua exposição à pedofilia e aliciamento de menores, sem contar o crescente temor quanto ao *datamining* (mineração de dados) e reconhecimento facial (BLUM-ROSS e LIVINGSTONE, 2017).

2.3. O SHARENTING COMO FONTE DE RENDA PARA OS PAIS

A exploração comercial da imagem dos filhos promovida pelos pais em redes sociais - nomeado aqui de *sharenting* comercial - parece surgir, sobretudo, em dois contextos: primeiro, como consequência da profissão daqueles que já haviam se consolidado como influenciadores digitais antes de se tornarem pais; e segundo, quando o interesse na atividade nasce justamente pelo fato de o indivíduo ter se tornado pai (BLUM-ROSS e LIVINGSTONE, 2017).

No que se refere ao primeiro contexto, considerando que os influenciadores digitais são remunerados para compartilhar a sua vida e rotina nas redes sociais, não parece estranha a monetização da paternidade/maternidade daqueles indivíduos que já vinham exercendo essa profissão. Em última instância, o *sharenting* realizado pelos influenciadores digitais transforma seus filhos em “micro-microcelebridades” (*micro-microcelebrity*), pois essas crianças não só

herdam fama através da posição de influência de seus pais (*achieved microcelebrity*)³, mas também tem sua popularidade impulsionada por aqueles os seguem (*ascribed microcelebrity*)⁴ (ABIDIN, 2015).

De outro lado, escrever sobre os filhos pode se consolidar como uma maneira de as mães (ou pais) construírem e carimbarem sua marca na internet, segundo Lopes em estudo sobre como a maternidade foi redefinida através do *mommy blogging* (LOPEZ, 2003). Nessa hipótese, o interesse pela produção de conteúdo digital surge simultaneamente ao desejo de compartilhar a experiência de ser pai e, para 2/3 dos pais pesquisados, como uma maneira de lucrar com a atividade, ainda que a motivação inicial fosse fazer algo para si próprio, em uma espécie de terapia pessoal, ou para que o filho, no futuro, tivesse acesso às recordações de sua infância/juventude e de como era a vida dos pais (BLUM-ROSS e LIVINGSTONE, 2017).

Abidin alerta, no entanto, que as crianças não devem ser consideradas influenciadoras, uma vez que não manipulam sua imagem e identidade pessoal para atrair a atenção de seguidores, mas, ao contrário, são “usadas, fotografadas e apropriadas por suas mães para propósitos publicitários” (ABIDIN, 2015, p. 01, tradução nossa).

De todo modo, o *sharenting* desafia os pretensos limites de uma concepção individualista de sujeito, uma vez que o “eu” representado pelos pais inevitavelmente gera implicações às outras pessoas, a saber, seus filhos, amigos, parceiros ou outros membros da família (BLUM-ROSS e LIVINGSTONE, 2017). Por conseguinte, toda a família passa a ser, de certa maneira, reconhecida no âmbito digital e eventualmente também passam a figurar como co-protagonistas do conteúdo produzido.

Abidin (2017) se dedica a estudar o tema em seu artigo *#familygoals: Family Influencers, Calibrated Amateurism and Justifying Young Digital Labor*, no qual ela aponta a dedicação das famílias formadas por influenciadores digitais (Família de *Influencers*) em exteriorizar o caráter comum e mundano de suas rotinas (ABIDIN, 2017). Ao contrário das celebridades tradicionais, eles normalmente não se valem de nenhum aparato robusto para a produção de entretenimento, mas sim de conteúdos autodirigidos e destinados às mídias sociais. A autora categoriza o conteúdo criado por essas famílias em “*anchor material*” e “*filler*

³ *Achieved microcelebrity* pode ser traduzido como “microcelebridade alcançada” pois a criança alcança reconhecimento através da exposição contínua realizada pela mãe influenciadora.

⁴ *Ascribed microcelebrity* pode ser traduzido como “microcelebridade atribuída” pois o reconhecimento da criança é decorrência do engajamento dos seguidores da mãe, que criam contas de fãs, sites em tributo, fóruns de fofoca.

material” que, para os fins deste trabalho, serão traduzidos como “material principal” e “material de preenchimento”, respectivamente.

O material principal é feito com maior empenho e por equipamentos de maior qualidade, dentre os quais se destacam: covers instrumentais ou vocais, esquetes de comédia, de “faça você mesmo/DIY”, de receitas culinárias. Normalmente, o material principal é o que motiva e impulsiona a fama do influenciador.

O material de preenchimento, por sua vez, pode ser encarado como o conteúdo subsidiário, que possui a função de complementar o principal, sobretudo ao oferecer aos seguidores uma “espiada” bem contextualizada da vida dos influenciadores. É justamente na produção do material de preenchimento que o “amadorismo controlado” apontado por Abidin se insere, conferindo ao conteúdo a aparência de ser algo caseiro, sem edições ou filtros e espontâneo e íntimo.

A produção do material de preenchimento é utilizada como uma estratégia crucial para criar empatia e identificação entre o influenciador e seus seguidores, pois é nessa oportunidade em que o influenciador exterioriza a sua verdadeira personalidade e interage com seus seguidores de uma maneira que não é comportada na produção do material principal. Assim, serve como recurso para que o influenciador digital propositadamente supervalorize a diversão usufruída por ele e sua família ao produzir determinado conteúdo, mascarando o aspecto comercial e financeiro da atividade.

Logo, se *sharenting* habitualmente realizado pelos pais no anonimato já é controverso, as preocupações aumentam exponencialmente quando a prática é adotada como uma fonte de renda pelos influenciadores digitais, pois eventual objeção da criança contra a divulgação de sua imagem não enseja apenas uma mudança de hábito e o abandono de um hobby pelos pais, mas pode colocar em risco a própria profissão desses indivíduos e ocasionar diversos outros danos patrimoniais, decorrentes de quebra de contrato, por exemplo.

De outro lado, como o conteúdo produzido aparenta ser algo “caseiro”, que apenas revela determinados momentos da vida dos menores, e como seus produtores são os próprios pais, o *sharenting* parece se situar em uma zona cinzenta entre o que é o permitido pelo poder familiar e o que é obstado pela doutrina da proteção integral ao menor, fato esse que será melhor esclarecido no próximo capítulo.

3. A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL AO MENOR

3.1. SURGIMENTO E APLICABILIDADE DA DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

As crianças e os adolescentes são autênticos sujeitos de direito, seja em suas relações com a família seja com o Estado ou a sociedade. Na condição peculiar de pessoa em desenvolvimento físico, psíquico e emocional, são merecedores de tratamento especial e de um regime protecionista e prioritário que lhes assegure a plena construção de suas potencialidades humanas.

Entretanto, até pouquíssimo tempo, o olhar do Direito sobre a infância era completamente distinto. Antes da CF/88 e da Lei nº 8.069/90 (ECA), o *status quo* estabelecido era representativo de um “sistema de controle sociopenal da infância marginalizada” (MACHADO, 2003), segundo o qual, qualquer criança marginalizada socialmente, seja pela pobreza, seja pelo abandono dos pais, era percebida como uma “ameaça social” (SILVEIRA, 2012).

Nessa toada, as crianças desassistidas socialmente (“crianças carentes”) e as crianças responsáveis pela prática de crimes (“crianças delinquentes”) eram indistintamente reunidas em uma única categoria, a de “crianças desviantes” e recebiam o mesmo tratamento legal e jurisdicional pelo denominado “Direito do Menor”, cuja positivação no ordenamento jurídico brasileiro veio com o Código de Menores – Decreto n. 17.943 de 1927 (MACHADO, 2003).

Segundo Martha de Toledo Machado, tratava-se de um direito de exceção “na acepção mais autoritária da palavra”, pois o seu conjunto legal e doutrinário de caráter repressivo contemplava exclusivamente as crianças “carentes” ou “delinquentes”, em contraposição às “boas crianças”, estas sim titulares das garantias legais e processuais encampadas no Código Civil. As instâncias judiciais competentes para aplicar o Direito do Menor se distinguiram das estruturas tradicionais de aplicação do direito, ao não obedecer a formalidade processual e colocar o magistrado na posição de “*chefe de todos os institutos de proteção à infância abandonada*” (AZEVEDO, 1910), o qual tinha poder para definir a trajetória institucional dos menores a depender de sua boa ou má índole (SILVEIRA, 2012). Nas palavras de Martha de Toledo Machado:

E assim historicamente se construiu a categoria criança não-escola, não-família, criança desviante, criança em situação irregular, enfim, carente/delinquente, que passa

a receber um mesmo tratamento - **e a se distinguir de nossos filhos, que sempre foram vistos simplesmente como crianças e jovens compondo uma nova categoria, os menores.** (grifos nossos) (MACHADO, 2003, p. 33)

Tanto é assim que, à época, a monstruosa maioria dos internados na FEBEM (cerca de 80 a 90%) sequer eram autores de fatos criminosos, mas sim crianças e adolescentes marginalizados socialmente, que eram encaminhados para as casas de internação e afastados de seus núcleos familiares sob o fundamento de que ali estariam sendo mais bem assistidos do que pelas “pobres famílias” (MACHADO, 2003).

Esse paradigma – notadamente autoritário e perpetuador de desigualdades sociais – foi rompido com o surgimento da *doutrina da proteção integral*, inaugurada no ordenamento jurídico brasileiro com a Constituição Federal de 1988 e responsável por restaurar a vertente democratizante concebida pelo direito iluminista (MACHADO, 2003).

As crianças e os adolescentes deixaram então de ser vistos como meros “objetos de intervenção do mundo adulto” e passaram a condição de efetivamente “sujeitos de direitos”. E mais do que isso: sujeitos de direito que merecem tutela jurídica prioritária da família, do estado e da sociedade, como uma forma de reação à antiga ideia de que a relação entre filhos e pais pertencia apenas à seara privada.

O tratamento especial conferido às crianças e adolescentes se fundamenta em razão de sua condição de pessoas em formação de suas capacidades físicas, psíquicas, intelectuais, morais e sociais. Assim, por ainda estarem em desenvolvimento de sua potencialidade humana, os menores são naturalmente mais vulneráveis que os adultos, de modo que a igualdade jurídica material nos moldes democráticos somente pode ser alcançada se o tratamento jurídico dispensado a esses dois grupos for diferenciado (MACHADO, 2003).

Aliado a isso, cumpre observar que a personalidade adulta só pode ser tutelada em sua plenitude se forem propiciadas aos menores as condições necessárias para desenvolver a sua personalidade infanto-juvenil. Uma vez que são as crianças e os adolescentes que crescem até “se transformarem” em adultos, a possibilidade de desenvolvimento de sua personalidade é condição sem a qual a personalidade humana adulta sequer existiria, sendo certo que “não há direitos da personalidade em sua plenitude sem a preexistência da personalidade humana formada como tal” (MACHADO, 2003). Nesse ponto, adverte-se que, muito embora esse seja considerado um dos motivos ensejadores do sistema de proteção especial aos menores, a personalidade das crianças e dos adolescentes não pode ser tratada simplesmente como meio para o ser humano atingir a personalidade adulta, uma vez que a vida humana é digna por si só.

Por último, o tratamento especial atribuído aos menores se relaciona, em grande medida, com o fato de serem as crianças e os adolescentes os protagonistas do futuro de qualquer nação. E, assim sendo, tutelar de forma prioritária a efetivação de seus direitos pode ser vista como uma maneira de colocar em prática a construção de uma sociedade mais igualitária no futuro.

Em outras palavras, ao prescrever que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar os direitos dos menores com “absoluta prioridade”, a Constituição Federal vai além de positivar os direitos fundamentais a que fazem jus esses indivíduos, se propondo a concretizar os direitos de todos os cidadãos, ao partir do pressuposto de que as crianças e os adolescentes são uma força potencial de transformação da realidade e, portanto, o caminho para um futuro menos desigual.

Assim, seja para neutralizar a desigualdade de fato existente e alcançar a igualdade jurídica material entre menores e adultos, seja para proteger aqueles que abrigam a esperança de uma sociedade futura menos desigual, as crianças e os adolescentes são titulares de um sistema de proteção especial, que autoriza que os direitos fundamentais a que fazem jus sejam ampliados (aspecto quantitativo) e estruturados de forma especial (aspecto qualitativo) (MACHADO, 2003).

No que diz respeito ao aspecto quantitativo, verifica-se que os direitos fundamentais conferidos às crianças e aos adolescentes não se limitam àqueles previstos nos artigos 5º, 6º e 7º da CF/88 para todos os adultos. O artigo 227 da CF/88 inclui uma série de outros direitos fundamentais que contemplam especificamente as crianças e os adolescentes: direito à convivência familiar, direito ao não-trabalho e direito ao trabalho protegido, direito à alimentação, direito à profissionalização, e uma tutela especial do direito de liberdade.

De outro lado, o aspecto qualitativo certifica-se de que os direitos fundamentais – ainda que sejam os mesmos assegurados aos adultos – se conformem distintamente, porque (i) estabelece que esse direitos sejam encarados como prioridade de todos os adultos; e (ii) institui para todos os adultos uma prestação positiva, que nada se assemelha ao dever de abstenção, no sentido de concretizar os direitos fundamentais dos menores.

Quando a Constituição Federal determina que a família, a sociedade e o Estado são responsáveis por assegurar os direitos fundamentais das crianças e adolescentes com “absoluta prioridade”, o que se pretende é que esses atores sociais privilegiem todas as medidas voltadas para a tutela jurídica do menor e que façam prevalecer os direitos das crianças e adolescentes

quando estes forem cotejados com os direitos dos adultos. Para ilustrar formas de atender essa priorização dos menores, o ECA elenca um rol exemplificativo de medidas em seu artigo 4º, parágrafo único, a saber, “a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas públicas; e d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude”.

A outra diferença estrutural na conformação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes reside nas obrigações que deles decorrem. Quando se trata dos direitos fundamentais que contemplam todos os cidadãos, previstos nos artigos 5º, 6º e 7º da CF/88, esses são divididos em duas classes: os ‘direitos civis’, reconhecidos como aqueles direitos que ensejam uma obrigação negativa, voltada a inibir a ingerência do Estado na autonomia dos cidadãos; e os ‘direitos sociais’, que necessariamente geram obrigações positivas para o Estado. Por outro lado, quando o artigo 227 da CF/88 dispõe sobre os direitos fundamentais a que fazem jus as crianças e os adolescentes, a mencionada divisão entre direitos civis e sociais deixa de se prestar a esse papel: independentemente da classe em que o respectivo direito fundamental se enquadre, a sua tutela deve ser promovida positivamente todos os atores sociais (família, Estado e sociedade). Ou seja, todos os adultos devem adotar uma conduta comissiva para assegurar os direitos das crianças e adolescentes (dever de asseguramento) (MACHADO, 2003).

Com efeito, uma estrutura de direitos fundamentais que acarrete apenas um dever de abstenção pressupõe que seus beneficiários possuam autonomia plena e independência em relação aos demais membros da sociedade e do Estado. Sendo as crianças e os adolescentes pessoas em condição peculiar de desenvolvimento que, por óbvio, não gozam dessa exigida autonomia e independência, a garantia de um dever de abstenção não se figura suficiente para a efetividade dos direitos dos menores. Essa linha de raciocínio é resumida com brilhantismo por Roberto João Elias, quando afirma: “Se por um lado todos, sem exceção, devem respeitar os direitos do menor, por outro, como sujeitos ativos, devem agir em sua defesa contra aqueles que os desrespeitarem” (ELIAS, 2004).

3.2. SHARENTING COMERCIAL: EXPLORAÇÃO DA IMAGEM, CAPACIDADE E DIREITOS DAS CRIANÇAS COMO TRABALHADORES

Em artigo sobre os direitos da criança e a mídia, Paulo David indica que as crianças envolvidas com publicidade, como no caso do *sharenting* comercial, estão vulneráveis a três tipos de exploração: a exploração de sua imagem, de suas capacidades e de seus direitos como

trabalhadores (DAVID, 2002). Partindo desse pressuposto, cumpre tecer breves considerações a respeito desses três institutos a partir da perspectiva da doutrina da proteção integral ao menor.

De plano, esclareça-se que a imagem é um dos elementos constitutivos da personalidade, assim como a vida, a honra e a identidade, os quais, considerando a pessoa em seus múltiplos aspectos (físico, moral, individual e social), constituem o direito à personalidade. (CURY JR, 2006).

Tendo em vista a natureza livre e criativa dos seres humanos, os direitos de personalidade são ilimitados e, portanto, não é possível indicá-los, exaustivamente, em determinada norma. Por isso, os juristas defendem que a sua positivação deva ocorrer por meio de uma cláusula geral, que permita a inserção de novos direitos, atuais e futuros, previsíveis ou não, e funcione como princípio geral para casos não expressamente previstos pelo legislador (CURY JR., 2006).

Ocorre que, no ordenamento jurídico pátrio, os direitos de personalidade não encontraram previsão na referida cláusula geral: a doutrina defende que sua manifestação se deu pelo princípio da dignidade da pessoa humana, consubstanciado no artigo 1º da CF/88. Sem prejuízo, a Carta Magna também conta com regras para a tutela expressa de alguns direitos à personalidade, como o direito à imagem, à intimidade e à vida privada (artigo 5º, V e X, da CF), cujos destinatários são indistintamente adultos ou crianças (CURY JR., 2006).

Mas, além das referidas normas de aplicação geral, o legislador incluiu no Estatuto da Criança e do Adolescente dispositivos específicos para tutelar o direito à personalidade dos menores, tendo em vista o sistema legal de tratamento especial desses indivíduos, pautado na proteção integral e em sua característica de vulnerabilidade, conforme já exposto acima (CURY JR., 2006).

Essa previsão específica se mostra relevante para garantir que o direito à personalidade dos menores seja privilegiado em caso de conflito com outro direito igualmente absoluto. A título de exemplo, observe-se o artigo 247, §2º, do ECA, que mitiga a liberdade de informação para proteger a dignidade da criança ou adolescente a quem esteja sendo imputada a prática de determinado ato infracional (CURY JR., 2006).

Além disso, a tutela específica do direito à personalidade infanto-juvenil resulta não só no dever de abstenção de qualquer ato lesivo à sua honra, mas também impõe aos adultos prestações positivas que permitam que os menores alcancem a sua personalidade plena, de

acordo com seu amadurecimento. Por isso, os genitores adquirem uma responsabilidade dupla no que concerne a tutela dos direitos de personalidade de seus filhos, a saber: facilitar seu exercício e resguardar contra danos. Nas palavras de David Cury Jr:

A modificação do paradigma do direito da infância e da juventude para a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente propiciou uma nova forma de poder familiar, na qual foi duplicada a responsabilidade dos genitores, **sendo que eles devem, ao mesmo tempo, facilitar o exercício dos direitos da personalidade pelos filhos e zelar para que isto ocorra sem risco de dano à formação da sua personalidade** (CURY JR., 2006, p. 154).

A imagem, por sua vez, é a manifestação sensível da personalidade (RETTORE e BORGES E SILVA, 2016) ou a exteriorização da representação da pessoa, seja no aspecto físico, seja no aspecto moral e, justamente por isso, é o direito de personalidade mais suscetível de ser ofendido (CURY JR., 2006). Além de configurar uma situação subjetiva⁵ existencial, porque relacionado à pessoa do titular, o direito à imagem pode adquirir uma expressão econômica e, conseqüentemente, ingressar no comércio jurídico. Nesses casos, o titular possui uma dúplici titularidade: sob o aspecto pessoal e sob o aspecto patrimonial, ainda que a situação subjetiva existencial prevaleça (TERRA, MORAES, *et al.*, 2016).

Essa característica importa a constatação de que, se os direitos de personalidade assegurados às crianças e adolescentes já são dotados de características especiais, o direito à imagem goza de uma particularidade a mais, tendo em vista que seu titular possui a faculdade exclusiva de autorizar o seu uso por terceiros, tirando dela proveito econômico (CURY JR., 2006). Por serem as crianças e os adolescentes indivíduos em situação peculiar de desenvolvimento e, portanto, desprovidos da capacidade civil necessária para emitir a exigida autorização, a disposição do direito à imagem dos filhos fica sob responsabilidade dos pais, cuja atuação apenas se legitima se observar o melhor interesse do menor (RETTORE e BORGES E SILVA, 2016).

Destaque-se: esse tratamento é resultado da doutrina da proteção integral ao menor, que retira o caráter exclusivamente privado das relações familiares, em que o pai exercia o papel de autoridade absoluta e tinha a prole sob sua total dependência, e passa a adequar o poder familiar à preservação do interesse primordial do menor. Não se permite, portanto, que a vontade do representante legal prevaleça à necessidade de preservação do direito ao respeito instituído no artigo 17 do ECA, que consagra a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral das

⁵ Segundo Castro e Souza, “toda situação subjetiva é efeito de um fato”, sendo o fato um evento valorado pela norma e efeito a consequência jurídica resultante. Os efeitos dos fatos podem ser constitutivos, modificativos e extintivos de situações subjetivas. (TERRA, MORAES, *et al.*, 2016)

crianças e dos adolescentes. É por isso que o princípio da maior vulnerabilidade se coloca como um importante mecanismo para os operadores do direito, uma vez que direciona a interpretação das normas constitucionais e legais no sentido de proteger aqueles que, em razão da idade, não conseguem defender os próprios interesses contra uma conduta, muitas vezes, abusiva dos próprios genitores (CURY JR., 2006).

Ainda sobre a capacidade civil dos menores, cumpre informar que, não obstante a criança careça do discernimento necessário para manifestação de sua vontade por um período significativo de sua existência, ela vai franqueando sua participação no processo decisório sobre sua vida com o decorrer dos anos e de seu desenvolvimento, fato que não retira – mas diminui – a preponderância dos pais da função protetiva. Assim, deve se reconhecer a progressiva autonomia galgada pelos filhos, que atinge sua maturação quando esses indivíduos completam a maioridade, oportunidade em que cessa a autoridade parental. Até que isso ocorra, é papel dos pais zelar de forma dialógica – não autoritária – pelos direitos da personalidade dos filhos (RETTORE e BORGES E SILVA, 2016), seja ao reconhecer a autonomia detida pelas crianças seja ao representá-los ou assisti-los quando da celebração de negócios jurídicos com terceiros. (CURY JR., 2006)

Além da exploração da imagem e das capacidades desses indivíduos, a participação da criança e do adolescente em produções artísticas ou publicitárias quase que invariavelmente se traduz em trabalho artístico infantil (CARDIN e GUERRA, 2014, p. 195).

Sobre o assunto, esclareça-se que a Constituição de 1988, ao adotar a doutrina da proteção integral ao menor, consagrou o direito ao não trabalho aos jovens com idade inferior a 14 anos, com fundamento nas consequências negativas que o trabalho ocasiona ao desenvolvimento físico, emocional e intelectual desses indivíduos. Quando as crianças “trocam” brincadeiras por trabalho, a sua criatividade, espontaneidade e comunicação são sufocadas. Em razão das regras e rigidez inerentes ao trabalho, a criança é obrigada a bloquear sua natureza infantil, prejudicando o desenvolvimento de sua própria identidade e se transformando em um “adulto em miniatura”. O trabalho infantil também subtrai o exercício da criatividade e da fantasia da criança, cuja importância é tamanha que o direito de brincar e se divertir foi expressamente positivado no artigo 16, IV, do ECA (ANTONIASSI, 2008):

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
[...]
IV - brincar, praticar esportes e divertir-se (BRASIL, 1990);

Em correspondência ao artigo 7º, XXXIII, da CF/88, o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz⁶, sendo vedado o trabalho noturno (entre as 22h e 5h), perigoso, insalubre ou penoso, realizado em locais prejudiciais à sua formação e desenvolvimento e realizado em horários que não permitam a frequência à escola, conforme artigo 67 da referida lei (ANTONIASSI, 2008).

Como exceção da regra que proíbe o trabalho infanto-juvenil, desponta a participação das crianças em representações artísticas, que deve ser autorizada pelo Juiz da Infância e da Juventude⁷, além de observar os princípios preconizados na Lei nº 8.069/90, a capacidade de resistência das crianças, seu grau de maturidade e sua vontade em realizar o trabalho. O que se defende é que as atividades artísticas não estariam incluídas no rol de atividades laborais proibidas, considerando que, *a priori*, não prejudicam a frequência escolar e o lazer nem trazem riscos à vida ou à saúde dos menores, além de ser uma oportunidade de formação de grandes talentos (ANTONIASSI, 2008).

Adverta-se, entretanto, que os doutrinadores não possuem entendimento unânime a respeito desse assunto. Há diversos juristas que defendem que as crianças e adolescentes não poderiam ser submetidos a nenhum tipo de trabalho, mesmo os que possuem natureza artística. Para eles, inciso III do artigo 149 do ECA não teria sido recepcionado pela EC nº 20/98⁸ e nem mesmo a Convenção nº 138 da OIT⁹ solucionaria a questão, pois, estando no mesmo patamar de uma lei ordinária, não se sobreporia ao texto constitucional, de modo que a única forma de admitir o trabalho artístico infantil seria por meio da alteração da Carta Magna (ANTONIASSI, 2008).

Independentemente da existência de divergências doutrinárias sobre o assunto, na prática, o trabalho artístico infantil já é amplamente aceito e praticado. Nesse sentido, em 2013,

⁶ O artigo 60 do ECA disciplina: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (BRASIL, 1990).

⁷ Em setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal, no curso da ADI nº 5326, referendou a liminar concedida em 2015 pelo Min. Marco Aurélio, que determinava que os pedidos de autorização para o trabalho artístico infanto-juvenil fossem apreciados pela Justiça Comum, afastando a competência da Justiça do Trabalho (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018).

⁸ A EC 20/98 inclui o inciso XXXIII ao artigo 7º, da Constituição Federal, segundo o qual: “XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” (BRASIL [CONSTITUIÇÃO (1988)], 2016).

⁹ O item I do artigo 8 da Convenção n. 138 da OIT determina que “A autoridade competente poderá conceder, mediante prévia consulta às organizações interessadas de empregadores e de trabalhadores, quando tais organizações existirem, por meio de permissões individuais, exceções à proibição de ser admitido ao emprego ou de trabalhar, que prevê o artigo 2 da presente Convenção, no caso de finalidades tais como as de participar em representações artísticas” (OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1973).

o Ministério Público editou um Manual de Atuação para prevenção e erradicação do trabalho infantil e indicou que o trabalho artístico infanto-juvenil deveria observar os seguintes requisitos: (i) excepcionalidade, isto é, a imprescindibilidade de contratar um menor de 16 para participar da atividade artística; (ii) situações individuais e específicas; (iii) ato de autoridade competente ou alvará individual; (iii) atividade que envolva manifestação propriamente artística; e (iv) alvará que defina em que atividades poderá haver labor e as condições especiais de trabalho (MEDEIROS NETO e MARQUES, 2013).

Além disso, para atender a proteção integral e prioridade absoluta, o Ministério Público recomenda que o alvará judicial concedido preencha, além daquelas exigências estabelecidas no parágrafo 1º do artigo 149 do ECA, as seguintes condições:

- prévia autorização dos representantes legais e concessão de alvará judicial, para cada novo trabalho realizado;
- impossibilidade de trabalho em caso de prejuízos ao desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente, devidamente aferido em laudo médico-psicológico;
- matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares, além de reforço escolar, em caso de mau desempenho;
- compatibilidade entre o horário escolar e a atividade de trabalho, resguardados os direitos de repouso, lazer e alimentação, dentre outros;
- assistência médica, odontológica e psicológica;
- proibição de labor a menores de 18 anos em situação e locais perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que inviabilizem ou dificultem a frequência à escola;
- depósito, em caderneta de poupança, de percentual mínimo incidente sobre a remuneração devida;
- jornada e carga horária semanal máximas de trabalho, intervalos de descanso e alimentação;
- acompanhamento do responsável legal do artista, ou quem o represente, durante a prestação do serviço;
- garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários quando presentes, na relação de trabalho, os requisitos previstos em lei (arts. 2º e 3º da CLT) (MEDEIROS NETO e MARQUES, 2013, p. 39-40).

Para observar de que maneira o direito à imagem, capacidade e ao direito de trabalhador das crianças são explorados no *sharenting* comercial, o próximo capítulo será destinado a estudar: (i) o caso Mc Melody, que suscitou inúmeras questões a respeito da divulgação de imagens adultizadas e erotizadas da criança nas mídias sociais, tendo sido alvo de inquérito civil pelo Ministério Público de São Paulo, o qual resultou em assinatura de TAC pelo genitor

da criança; (ii) caso “DaddyOFive”, ocorrido nos Estados Unidos, que abre espaço para o estudo da exploração das capacidades dos menores aliado ao princípio da vulnerabilidade; e (iii) caso Enrico Bacchi, que apesar de não ter sido judicializado, propicia um debate relevante a respeito do direito ao não trabalho, assegurado na Constituição Federal e no ECA.

4. ESTUDO DE CASO

4.1. CASO MELODY E A EXPLORAÇÃO À IMAGEM DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A funkeira mirim Mc Melody (nome artístico de Gabriela da Abreu) despontou na internet quando tinha apenas 8 anos de idade, em 2015, após seu pai ter publicado um vídeo no qual a criança aparecia cantando a música intitulada “Fale de mim”, que tinha como uma de suas estrofes: “para todas as recalcadas, aí vai a minha resposta: se é bonito ou se é feio, mas é *foda* ser gostosa”. Mais do que a letra incompatível com a idade, chamava a atenção as coreografias e as roupas usadas pela criança, que a faziam parecer anos mais velha (COIMBRA e MARCELINO, 2016).

O lançamento da artista acompanhava uma onda de produção musical de funkeiros mirins, cujo conteúdo das músicas e das performances era deliberadamente obsceno e de conotação erótico-sexual, além de fazer referência a drogas, crimes e prostituição. O caso da Mc Melody foi escolhido como representativo para o presente estudo, porque, enquanto os outros funkeiros mirins eram agenciados por uma empresa de produção musical (KL Produções), o principal responsável pela carreira da garota é o próprio pai, que utiliza o nome artístico de Mc Belinho. Além disso, o caso recebeu atenção especial da sociedade: à época, milhares de brasileiros assinaram uma petição online para que o Conselho Tutelar interviesse na situação (COIMBRA e MARCELINO, 2016).

Em abril de 2015, o Ministério Público do Estado de São Paulo instaurou inquérito civil para apurar os casos, sob o fundamento de essa exposição violava a dignidade das crianças e dos adolescentes, bem como sua integridade física, psíquica e moral. Além da prática afrontar a imagem, identidade, valores, ideias e crenças dos artistas mirins, o impacto nocivo se alastrava para as demais crianças e adolescentes, que eram o principal público consumidor desse tipo de

conteúdo, conforme explicou o promotor Eduardo Dias de Souza Ferreira, em nota publicada pelo próprio MPSP¹⁰:

São crianças e adolescentes cantando e desempenhando coreografias inadequadas para suas faixas etárias, em especial pelo forte conteúdo erótico e de apelos sexuais. Os acessos ao desempenho dessas crianças e adolescentes são feitos também por público da mesma faixa etária que eles, produzindo impacto nocivo ao desenvolvimento desse público infantil e juvenil, afetando tanto quem se exhibe quanto aqueles que o acessam.

Como resultado no inquérito civil, o pai da funkeira mirim assinou, em julho de 2015, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público do Trabalho, em que se comprometeu a impedir que as performances da criança a expusesse a expressões de conotação pornográfica, observando a vestimenta usada a fim de a exibição artística não esteja dotada de qualquer caráter sexual. O acordo ainda estipulou diversas obrigações para proteção do trabalho da menor, como exigência do alvará judicial, proibição de trabalho em horário noturno ou em ambientes prejudiciais ao desenvolvimento físico e psíquico da menor, além da destinação da remuneração percebida à uma conta poupança de titularidade da criança. O pai deveria ainda apresentar ao juízo cópia do plano de assistência médica, odontológica e psicológica da filha, bem como o comprovante escolar de matrícula, frequência e rendimento. Pelo descumprimento das obrigações, se estipulou o pagamento de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)¹¹.

Apesar disso, no início de 2019, a exploração da imagem de Melody voltou a gerar controvérsias, quando a menor apareceu em suas redes sociais com os cabelos inteiramente tingidos de loiro, com roupas curtas e decotadas e em poses sensuais. O genitor da criança foi severamente criticado pelos internautas e por outras personalidades da internet. Para tentar reverter a situação, o pai da artista se comprometeu a oferecer um acompanhamento pedagógico e psicológico à filha, por profissionais especializados em educação infantil, bem como a blindar o conteúdo publicado, com o intuito de “remover todo tipo de publicação que possa comprometer a inocência compatível com sua idade”¹². Além disso, a mãe assumiu a administração das redes sociais da jovem, após ter dado entrevista ao Extra informando que, apesar da vontade do marido prevalecer, nunca havia sido a favor com a forma com que a imagem da filha era explorada.

¹⁰ Retirado de http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id_noticia=13364818&id_grupo=%20118&id_style=1 em 05/11/2019.

¹¹ (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015)

¹² (REDAÇÃO - O ESTADO DE S. PAULO, 2019)

Mesmo depois disso, em novembro de 2019, a artista lançou uma música em parceria com o cantor Túlio Rocha, de 18 anos, intitulada “Bad Boy”, que, apesar de não fazer menção explícita à práticas sexuais, possui vários trechos sugestivos, além de fazer referência expressa ao consumo de bebida alcoólica, conforme se verifica da seguinte estrofe:

Túlio: Traz logo o Whisky do bom/
DJ aumenta esse som/
Eu só quero saber, que só quero saber/
Eu só quero te enlouquecer
[...]
Eu fico louco de tanta paixão por ela/
Na expressão de cada toque que dou nela/
Eu sei que tu também quer/
Tu tá com vontade/
Se bater saudade, você já sabe/
Me liga mais tarde
Melody: Não para de me olhar/
Vem que hoje vai rolar/
Vai ser só curtição, deixa eu te mostrar

Após o lançamento da música, que ocorreu junto com o videoclipe, as redes sociais da jovem foram bombardeadas de comentários desaprovando a letra da música e a insistência de seus pais em promover uma imagem sexualizada da filha. Pouco tempo depois, o vídeo foi retirado do ar e as fotos de divulgação do trabalho, em que a cantora aparecia ao lado de Túlio, removidas das redes sociais:

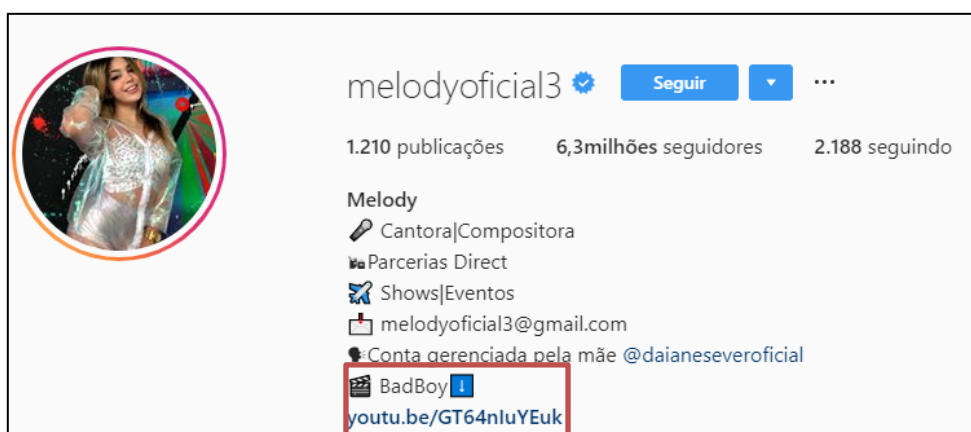


Figura 2 – Link para o vídeo de *Bad Boy* no Youtube

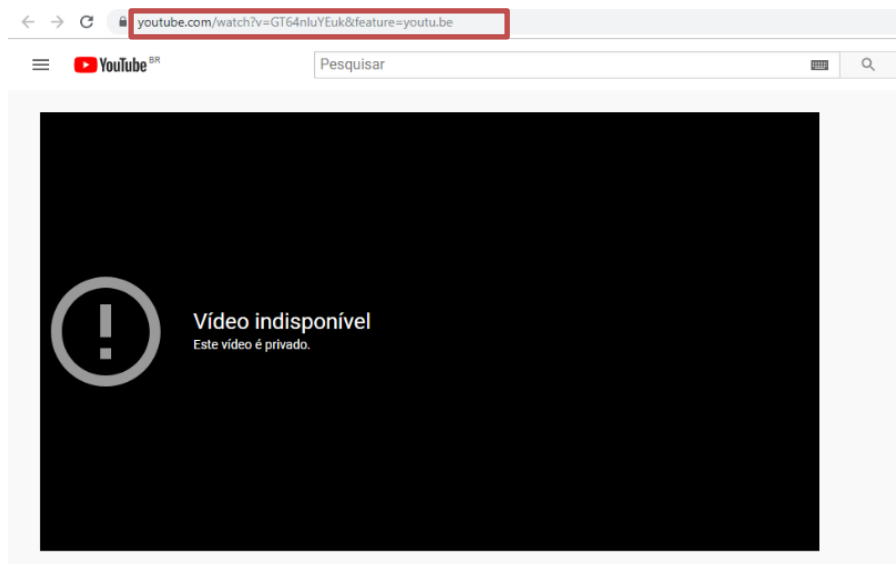


Figura 3 – Vídeo de *Bad Boy* indisponível no Youtube¹³

Em que pese o caso Melody permitir interessante debate jurídico a respeito do trabalho artístico infantil, nesse ponto, o presente estudo se propõe a abordar o direito à imagem de crianças e adolescentes, uma vez que foi a exposição da artista que despertou maior atenção da sociedade e do Estado.

Em sua dissertação de mestrado em psicologia, Renata Martins (2019) estuda a exposição das crianças em redes sociais e as possíveis consequências ao desenvolvimento infantil. No trabalho, a autora realizou uma pesquisa netnográfica em perfis infantis ou de maternidade/paternidade no Instagram e, como um de seus resultados, constatou que o caso da Melody não é uma exceção: o *sharenting* constantemente envolve a intervenção no corpo infantil, permeada pelo uso de maquiagens, acessórios, roupas etc., sendo influenciada pelos discursos de beleza e de práticas em torno da produção de um corpo idealizado. As crianças passam a ser enxergadas como “adultos em miniatura” e a imagem da infância adquire um viés erótico e sexual (MARTINS, 2019).

A pesquisa realizada pela autora demonstrou a posição de destaque que o público infantil adquiriu na sociedade consumista contemporânea, pois deixou de exercer um papel exclusivamente passivo, de receptor da oferta de produtos e serviços, e se tornou um ator social ativo, também responsável pela divulgação de produtos e marcas. Nessa perspectiva mercadológica, o fenômeno da adultização se releva extremamente interessante, pois, quando os menores se apropriam de comportamentos e ações características da vida adulta, começam a

¹³ MELODY. *Bad Boy* (Part. Túlio Rocha). 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GT64nluYEuk&feature=youtu.be>. Acesso em 01/12/2019.

também consumir produtos que originalmente seriam destinados aos adultos. Nas palavras de Renata Martins:

A valorização da beleza física, das capacidades, da condição social e financeira, além do poder de consumo são questões que passam a fazer parte do cotidiano da criança em sua busca de satisfação pessoal, resultando num processo intrinsecamente ligado ao consumo, que é a adultização infantil [...] (MARTINS, 2019, p. 61)

Não se trata, entretanto, de fenômeno que surgiu com o *sharenting*: a erotização das crianças já é um antigo conhecido dentre as polêmicas envolvendo campanhas publicitárias. Em 2014, a empresa Vogue Kids publicou um ensaio fotográfico denominado “Sombra e Água fresca” com a participação de modelos mirins em poses consideradas “sensuais”. Após o ajuizamento de ação judicial pelo Ministério Público do Trabalho de São Paulo, o Juízo da Infância e da Juventude do TRT/SP concedeu liminar determinando que a empresa cessasse a distribuição de revistas e recolhesse aquelas que já haviam sido distribuídas. (RETTORE e BORGES E SILVA, 2016). A seguir, uma das fotografias:



Figura 4 – Campanha publicitária “Sombra e Água” na *Vogue Kids*, em 2014

Em sua pesquisa, a Renata Martins também pôde constatar que, além da adultização precoce das crianças derivada de propósitos mercadológicos, a superexposição dos filhos nas mídias sociais está muito relacionada com a visibilidade pública alcançada. Quando indagados sobre o assunto, 63,3% dos pais responderam que sentiam que ele e o filho alcançaram visibilidade pública por meio de seu perfil no Instagram e outros 23,3% dos pais responderam “talvez” para a mesma pergunta (MARTINS, 2019). Nesse ponto, Phoebe Maltz Bovy define que a ambição de alcançar uma audiência massiva, isto é, o desejo de visibilidade, é um pressuposto da superexposição parental, assim como a possibilidade de identificação da criança (BOVY, 2013).

Não obstante, ao serem indagados sobre os pontos negativos dessa exposição e visibilidade, apenas 7 entre as 25 respostas fizeram menção questões relacionadas à privacidade e segurança nas redes sociais (MARTINS, 2019). Esse resultado corrobora para a constatação realizada por Steinberg, no sentido de que os pais são iludidos pela falsa sensação de segurança de que a informação compartilhada sobre seus filhos apenas será vista por uma audiência selecionada (STEINBERG, 2017).

Fulminando completamente essa impressão, um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Nova Iorque demonstrou de que maneira a exposição decorrente do *sharenting* pode acarretar riscos para uma criança. Através de um registro de eleitores em uma cidade suburbana da Costa Leste dos EUA, os pesquisadores conseguiram localizar o perfil de 2.383 usuários do Facebook, os quais tiveram as suas 20 fotos mais recentes analisadas. Do total de perfis, 807 continham ao menos uma foto de criança, sendo que quase a metade destes permitia identificar o primeiro nome da criança e 6,2% permitia identificar a data de nascimento do menor (MINKUS, LIU e ROSS, 2015). A seguinte tabela elucida os resultados obtidos:

Facebook	
Total de fotos coletadas	2.383
Retrato de criança compartilhado	807
Nome da criança compartilhado	365
Aniversário da criança compartilhado	50

Tabela 1 – Dados identificados no Facebook – adaptado de MINKUS, LIU e ROSS, 2015

No Instagram, os dados sobre as crianças foram ainda mais facilmente obtidos pelos pesquisadores, uma vez que, ao contrário do Facebook, os perfis são inteiramente públicos, não permitindo que se diferencie e selecione a audiência para cada uma das postagens. Além disso, a pesquisa por hashtags, como *#mybigboy*, *#mybiggirl*, *#growingtoofast*, *#stopgrowing*, *#sleepingbaby*, *#mylittleprince*, *#mylittleprincess*, *#toddlerbirthday*, and *#firstbirthday*, restringiu a pesquisa para perfis cujos titulares são pais e mães. Assim, todos os 1.089 perfis pesquisados continham a foto de uma criança, sendo que 63,2% desses perfis permitiam identificar o nome da criança e 24% permitiam identificar a data de nascimento (MINKUS, LIU e ROSS, 2015).

Instagram	
Total de fotos coletadas	1089
Retrato de criança compartilhado	1089
Nome da criança compartilhado	689
Aniversário da criança compartilhado	292

Tabela 2 – Dados identificados no Instagram – adaptado de MINKUS, LIU e ROSS, 2015

De mais a mais, uma pesquisa conduzida nos EUA, em 2015, constatou que 51% dos pais pesquisados fornece informações que permitem identificar a localização de seus filho (C.S. MOTT CHILDREN’S HOSPITAL, 2016)

Ou seja, quando os pais compartilham informações sobre seus filhos, dados pessoais importantes das crianças, como nome, idade e rosto se tornam acessíveis à completos estranhos – não apenas aos indivíduos que os pais considerariam “amigos” nas relações do dia-a-dia. Por óbvio, essa superexposição se torna um prato cheio para a ação de pedófilos, criminosos e cyber criminosos. A título de exemplo, cite-se o caso da mãe que descobriu que o retrato de seus filhos gêmeos praticando o uso do vaso sanitário foi acessado em seu perfil, baixado, editado e publicado em um site costumeiramente acessado por pedófilos (STEINBERG, 2017). Estudo realizado na Austrália demonstrou que quase a metade das fotos encontradas em um site utilizado por pedófilos haviam sido retiradas de perfis e blogs de pais que inocentemente postavam fotos de seus filhos. (MINKUS, LIU e ROSS, 2015)

No caso Melody, esse é um dos grandes motivos pelos quais os internautas se sentem incomodados com a exploração da imagem da menor, pois, além da superexposição, a imagem sexualizada e adultizada da artista parece se colocar como um facilitador para a ação de pedófilos e predadores. Tanto é assim que, após as polêmicas envolvendo o nome da artista no início de 2019, o pai se comprometeu a blindar o conteúdo publicado, com o intuito de “remover todo tipo de publicação que possa comprometer a inocência compatível com sua idade”. Os comentários nas fotos da jovem também demonstram isso:



Figura 5 – Comentário em foto do Instagram da Melody

Além do perigo ocasionado pelo acesso de estranhos a essas fotos, a superexposição de crianças à perfis de pessoas “conhecidas” dos pais também é motivo de preocupação, pois esse grupo recorrentemente é o responsável pela prática de crimes contra crianças e adolescentes (STEINBERG, 2017). Steinberg apresenta estatísticas do contexto norte-americano que indicam que 72% dos sequestros e 90% dos crimes violentos contra os jovens são de autoria de pessoas próximas à família da vítima. Paralelamente, no Brasil, considerando apenas o crime de estupro, estudo realizado pelo IPEA, em 2017, demonstra que, em média, 32,09% dos agressores de crianças são amigos ou conhecidos da vítima¹⁴:

¹⁴ CERQUEIRA, D., COELHO, D. FERREIRA. H., Estupro No Brasil: Vítimas, Autores, Fatores Situacionais e Evolução das Notificações no Sistema de Saúde entre 2011 e 2014. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

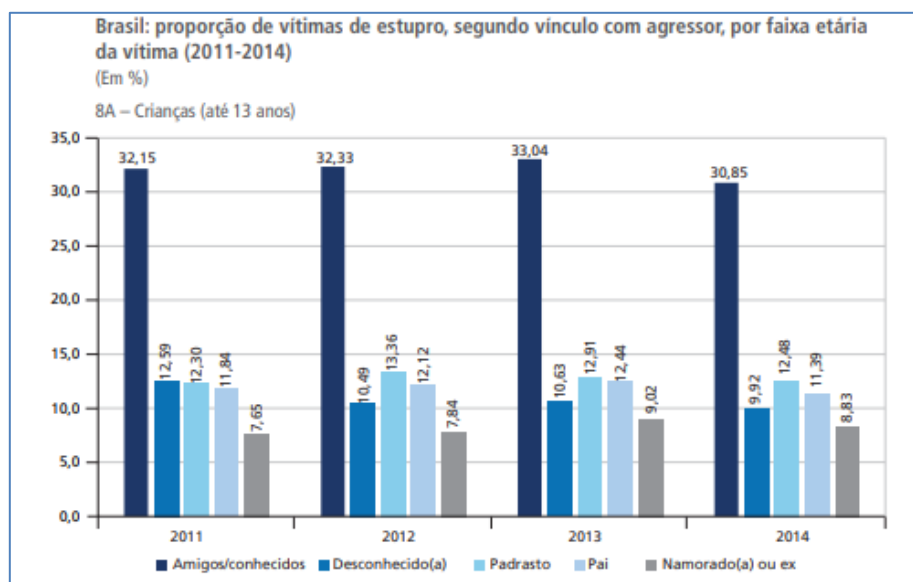


Figura 6 - Tabela IPEA: estupros de menor de 13 anos entre 2011 – 2014 (CERQUEIRA, COELHO E FERREIRA, 2017)

O *sharenting* ainda propicia a propagação de uma prática conhecida como “sequestro digital”, na qual o sujeito publica imagens do filho de outra pessoa em suas redes sociais e age como se fosse seu pai ou mãe. Um caso em Atlanta, EUA, trouxe à tona a questão: após ter publicado em suas redes sociais uma foto de seu filho, de apenas 18 meses de vida, a vítima Lindsay Paris notou a curtida de uma pessoa que lhe era desconhecida. Ao visitar o perfil, encontrou diversas imagens do bebê acompanhadas de legendas escritas pela desconhecida como “meu bebê” ou “meu filho não é a coisa mais fofa?”. Paris entrou em contato com a dona do perfil, que era uma menina de apenas 16 anos que, por diversão, fingia ser a mãe da criança. No Instagram, a busca pela hashtag “babyRP” (abreviação de “Baby Role Play”) retorna o resultado de diversos perfis criados especialmente para esse fim e, mais assustadoramente ainda, de perfis que se passam por agências de adoção, postando fotos de crianças para que seus seguidores disputem nos comentários quem será o pai adotivo (STEINBERG, 2017). Toda a dinâmica faz parte de uma encenação, um jogo de “faz-de-conta” que utiliza imagem de crianças reais, retirada das redes sociais dos pais ou por eles gerenciados.

Por fim, o *sharenting* dá espaço para a atuação de *data brokers* (corretores de dados), indivíduos que criam perfis sobre as pessoas e os vendem para diversos fins, dentre os quais: agências de publicidade, spam, distribuidores de vírus, agências de empregos, admissão em faculdades. Considerando o faturamento expressivo do mercado de produtos destinados ao público infantil, a compilação de dados e a elaboração de dossiês sobre as crianças se coloca

como algo extremamente atrativo para os *data brokers*. Segundo os pesquisadores da Universidade de Nova Iorque:

Utilizando a informação que os pais postam sobre seus filhos, os data brokers conseguem criar mini-perfis que podem ser continuamente aprimorados ao longo da vida do indivíduo. (MINKUS, LIU e ROSS, 2015)

Ocorre que, apesar da diversidade de riscos aos quais são expostos as crianças e os adolescentes por decorrência do *sharenting*, o ordenamento jurídico brasileiro parece não oferecer nenhuma norma de proteção jurídica eficaz e endereçada à proteção dos direitos desses menores.

De maneira geral, a disposição do direito à imagem de crianças e adolescente encontra limitações objetivas e subjetivas no ordenamento jurídico brasileiro. As limitações objetivas referem-se à capacidade de agir e a necessidade de obtenção de alvará judicial, além da restrição contida no artigo 143, parágrafo único do ECA. As limitações subjetivas, por sua vez, exigem uma análise casuística de como a imagem do menor é explorada e, portanto, tornam indispensável a ação concreta dos pais e, na hipótese de omissão ou de consentimento desses, a iniciativa do Ministério Público, cuja atuação é expressamente autorizada pelo artigo 201, V e VII do ECA (CURY JR., 2006).

A capacidade de agir é a primeira limitação objetiva ao uso da imagem de menores e, segundo David Cury Jr. (2006), deve ser analisada sob dois aspectos: um interno e outro externo. O aspecto interno diz respeito à autonomia das crianças e dos adolescentes em relação aos seus representantes legais e o externo se refere à autonomia desses indivíduos perante terceiros, a qual deve observar as regras de capacidade civil, ou seja, para dispor de seu direito de imagem, o menor deverá ser representado ou assistido pelos pais.

Sobre o primeiro aspecto, David Cury Jr. explica que, na medida em que o menor cresce e se desenvolve física e psicologicamente, também adquire mais autonomia e capacidade de exprimir com clareza sua própria vontade, especialmente no que diz respeito às escolhas sobre atos decorrentes de direitos personalíssimos, como educação, religião, vida amorosa, amizades, intimidade, imagem etc. Simultaneamente, a tendência é que o poder dos pais diminua, pouco a pouco e, com a maioridade, se extinga por completo.

De outro lado, a regulamentação da capacidade de agir dos menores perante terceiros é indispensável não só para que o melhor interesse do menor seja resguardado durante a celebração de negócios jurídicos, mas também para conferir segurança jurídica aos contratantes. Assim, até os 16 anos, os menores são absolutamente incapazes para exercer qualquer ato da vida civil e, portanto, deverão ser representados por seus pais. Entre 16 e 18 anos, os menores são relativamente incapazes, e, portanto, deverão ser assistidos, conforme artigos 1.634, VII, e 1.690 do Código Civil (CURY JR., 2006).

Nos casos de captação e uso da imagem, tanto o aspecto interno quanto o aspecto externo da capacidade de agir se manifestam. O incapaz que possua mais que 12 e menos que 16 anos, deverá ser ouvido antes da celebração do negócio jurídico, pois de nada adianta a autorização paterna se o filho se recusar a cumprir a prestação ajustada, uma vez que, nessa idade, o indivíduo já possui razoável compreensão sobre o significado de ser fotografado e filmado. O maior de 16 anos deverá, obrigatoriamente, assinar o contrato que autorize o uso de sua imagem, expressando sua própria vontade, ainda que com a assistência paterna. Quando se tratar de ato sem repercussão negocial, cuja interferência no direito à imagem seja de moderada importância, David Cury indica que a vontade do menor de 12 a 18 anos ganha maior relevância, sendo a maturidade “presumível” a partir dos 16 anos.

Ocorre que, nos casos do *sharenting* comercial, como são os próprios pais que exploram a imagem dos filhos nas redes sociais, a obrigatoriedade da criança e do adolescente ser representado ou assistido, nos termos dos artigos 1.634, VII, e 1.690 do Código Civil, não lhes confere maior proteção jurídica, ao contrário do que acontece nos casos em que essa exploração é feita por terceiros.

A segunda limitação objetiva para o uso da imagem de menores está prevista no artigo 149, I, “e”, do ECA, que determina a necessidade de a autoridade judiciária disciplinar através de portaria, ou autorizar mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente, quando desacompanhado dos pais ou responsável, em estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão. Ademais, ainda que esteja acompanhado dos pais, o inciso II do artigo 149 exige a autorização judicial para a participação de menor em espetáculos públicos e seus ensaios e em certames de beleza, sob pena de o estabelecimento comercial ser condenado ao pagamento da multa prevista no artigo 258 do ECA (CURY JR., 2006).

Novamente, o *sharenting* comercial parece dispensar a obrigatoriedade de obtenção de alvará judicial para disposição da imagem das crianças, pois, na maioria das vezes, as crianças

estão acompanhadas dos pais e são retratadas em suas próprias casas ou durante o dia-a-dia, enquanto o requisito 149 do ECA apenas se aplica à hipóteses bem específicas, que não guardam pertinência com a espécie estudada.

O último limite objetivo ao uso da imagem de menores é aquele previsto no artigo 143, parágrafo único, do ECA, que impede que os menores sejam identificados em notícia que lhe impute a prática de ato infracional, seja através da divulgação de foto, nome, apelido, filiação, parentesco, residência e até mesmo iniciais do nome e sobrenome, ainda que haja a concordância do incapaz com a conduta do agente divulgador. (CURY JR., 2006). Mais uma vez, trata-se de limite que não tem o condão de atuar na efetivação da proteção à imagem das crianças e adolescentes no *sharenting*.

Em um exercício similar, Steinberg realiza uma análise das leis federais estadunidenses e constata que a maioria é ineficaz quando o assunto é o *sharenting*, uma vez que se limitam a proteger a privacidade das crianças contra ações do Estado e dos agentes privados, mas não contra danos provocados pelos próprios pais.

A título de exemplo, cita a *Family Educational Rights and Privacy Act of 1964* (FERPA), que exige que os professores e administradores nos EUA protejam contra terceiros a privacidade dos históricos escolares de menores, à exceção de seus pais (STEINBERG, 2017). É possível fazer uma correspondência com o Código Civil Brasileiro, que, em seu artigo 1.584, §6º¹⁵, atribui aos genitores o direito de obter qualquer informação sobre seus filhos, seja de estabelecimento público ou privado.

A *Children's Online Privacy Rule* ('COPPA rule') regulamenta a obtenção e a disposição de dados pessoais pertencentes às crianças com idade inferior a 13 anos, proibindo que os operadores de websites coletem informações pessoais sem que haja o consentimento parental para tanto. (STEINBERG, 2017). Além disso, confere aos pais o direito de requerer a exclusão de informações pessoais recolhidas sobre seus filhos ou representados (PLUNKETT, 2019). Paralelamente, podemos nos remeter à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) que, em seu artigo 14, §1º, determina que o tratamento de dados pessoais de

¹⁵Art. 1.584. [...]

§6º Qualquer estabelecimento público ou privado é obrigado a prestar informações a qualquer dos genitores sobre os filhos destes, sob pena de multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia pelo não atendimento da solicitação.

crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

Ou seja, apesar de buscarem tutelar a privacidade das crianças, a grande maioria das leis existentes incluem exceções para que a informação seja disponível e até mesmo controlada pelos pais, uma vez que a eles cabe o papel de zelar pelos direitos da personalidade dos filhos (RETTORE e BORGES E SILVA, 2016).

À míngua de restrições objetivas que consigam resguardar a imagem de crianças e dos adolescentes no *sharenting* comercial, a adequação desse fenômeno aos ditames da doutrina da proteção integral ao menor pode ser efetivada por limitações de ordem subjetiva, que demandam que a análise de eventual violação à dignidade da criança e do adolescente seja feita casuisticamente. Em outras palavras, o uso da imagem de crianças e adolescentes deve observar os direitos fundamentais previstos nos artigos 15 a 17 do ECA, a exemplo da dignidade, da honra, integridade moral ou psíquica, e a proibição do artigo 18, do ECA, que veda o tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, não importando se o menor deu seu consentimento para tal (CURY JR., 2006). A garantia de que o uso da imagem dos menores está de acordo com os referidos limites subjetivos é de responsabilidade dos pais que, quando falham em exercer esse papel, ensejam a atuação do Ministério Público, conforme artigo 201, V e VIII do ECA.

É justamente nesse sentido que o *sharenting* realizado como atividade lucrativa merece atenção especial do Direito e de seus operadores, uma vez que os pais ocupam dois espaços potencialmente conflitantes: de um lado, posicionam-se como guardiões da identidade online dos filhos e protetores de seu melhor interesse e, de outro, são eles os próprios interessados na exploração das imagens dos menores, uma vez que a atividade lhes propicia retorno financeiro (STEINBERG, 2017). A questão remanescente é: “o que há, então, de ser observado para que a exposição da imagem dos filhos não seja considerada violação do direito, cuja proteção cabe precisamente àquele que supostamente o viola?” (RETTORE e BORGES E SILVA, 2016).

Rettore e Borges e Silva indicam a necessidade de criar critérios para minimizar a subjetividade mencionada, para que a exposição da imagem dos filhos se dê em exercício regular da autoridade parental e não resulte em abuso de direito pelos pais. Para tal, estabelecem três parâmetros cujos pais devem observar, a saber: (i) possibilidade de ridicularizar os filhos; (ii) de expô-los de forma demasiadamente sensualizada ou incompatível com a idade; ou (iii) de forma desnecessariamente excessiva. As autoras alertam, entretanto, que permanece certa

subjetividade quanto à definição do que seria “demasiadamente” ridículo, sensual ou excessivo, razão pela qual essa análise deve ocorrer em dois momentos: (i) previamente à veiculação da imagem, pelos próprios pais, buscando antecipar as consequências da exposição e; (ii) após a referida veiculação, em uma análise casuística, que dependerá muito mais da consequência objetiva verificada na esfera do menor do que da boa-fé subjetiva dos pais.

Previamente à veiculação da imagem, Steinberg defende que a estratégia preventiva mais eficiente para resolver a questão seria a promoção de um modelo de saúde pública, destinado a conscientizar os profissionais, o público e os pais sobre eventuais riscos ocasionados pelo *sharenting* às crianças. A autora demonstra como essa mesma estratégia já foi extremamente eficaz em outros contextos, como, por exemplo, quando houve a descoberta pelos médicos de que a Síndrome de Morte Súbita Infantil (SMLS) poderia ser drasticamente evitada se, durante o sono, os bebês fossem posicionados de barriga para cima. A campanha “Back to Sleep” permitiu que o número de mortes ocasionadas pela síndrome despencasse nos EUA (STEINBERG, 2017).

De maneira similar, a autora sugere que os profissionais de diferentes especialidades se reúnam para desenvolver um conjunto de “boas maneiras” para o *sharenting*, com o objetivo de direcionar os pais a utilizarem a internet de modo a resguardar o desenvolvimento saudável das crianças. Sob uma lente jurídica, a autora propõe uma lista de recomendações que, reconhecendo a importância da liberdade de expressão dos pais, os encoraje a refletir sobre os possíveis danos causados pela divulgação de determinada informação sobre seus filhos. Para tal, os pais devem considerar os seus filhos como pessoas autônomas, titulares não apenas de proteção contra danos físicos, causados pela ação de pedófilos e de ladrões de identidade, mas também titulares de proteção contra danos intangíveis, como aqueles decorrentes da publicização da vida da criança sem que antes ela dê seu consentimento.

A proposta é composta de sete recomendações aos pais, a saber: 1) Se familiarizar com as políticas de privacidade dos sites em que compartilham; 2) Ativar as notificações para que sejam alertados quando o nome de seus filhos aparecer como resultado de uma busca no Google; 3) Se escolherem compartilhar informações sobre problemas comportamentais dos filhos, os pais devem usar o anonimato, contribuindo para o debate público sem desrespeitar a privacidade dos filhos; 4) Ser cauteloso ao compartilhar a localização dos filhos, considerando que a audiência de uma postagem muitas vezes não se limita para aquela que os pais pretendem alcançar; 5) Garantir aos filhos poder de veto sobre imagens, citações, realizações e desafios

das suas vidas; 6) Não postar fotos de crianças despidas, inclusive de recém-nascidos (até mesmo crianças usando roupa de banho apresentam riscos); e 7) Considerar o efeito das publicações para a construção identitária e para o bem-estar dos filhos hoje e no futuro (STEINBERG, 2017).

Tratar a divulgação dessas recomendações como uma medida de saúde pública pode se revelar surpreendentemente eficaz se considerarmos o poder de fiscalização que um pai pode exercer sobre o outro. Com efeito, se ao menos um dos pais se conscientizar sobre os cuidados a serem tomados no que diz respeito ao *sharenting*, há maiores chances de que a imagem da criança seja preservada, já que os pais e as mães discutem e, às vezes negociam, sobre qual conteúdo compartilhar, conforme resultado obtido por pesquisadores da Universidade de Michigan (AMMARI, KUMAR, *et al.*, 2015). Na pesquisa realizada, quando os pais tinham diferentes opiniões, eles consideravam o que o outro parceiro pensaria sobre a postagem, criando uma espécie de autocensura para tentar evitar problemas. É o que se extrai do seguinte trecho de uma das entrevistas realizadas:

“Meu marido tem se tornado cada vez menos um usuário do Facebook. Profissionalmente, acredito que ele não quer tanta informação por aí... Assim, ele me diz: “Não me marque nisso” [Quando eu compartilho uma foto, eu me pergunto]: será que meu marido ficará chateado?”

E outra mãe disse ainda:

“Meu marido... não gosta desse tipo de coisa de redes sociais... Eu simplesmente não posto tanto. Quer dizer, eu me edito. [...] Eu começo a escrever algo e digo: “Ah, será que o mundo realmente precisa saber isso? Provavelmente não”

O estudo concluiu que, como os usuários carecem de normas claras sobre o conteúdo postado a respeito de outras pessoas e mesmo assim precisam decidir e negociar com os outros sobre o que é apropriado compartilhar, os argumentos se fundamentavam em conceitos e preferências particulares de identidade e privacidade (AMMARI, KUMAR, *et al.*, 2015). Esse problema seria significativamente dirimido se as recomendações indicadas fossem de amplo domínio público.

Entretanto, se o primeiro filtro, realizado pelo próprios pais antes da publicação do conteúdo, não cumprir o seu papel, a análise sobre a observância dos critérios indicados deverá ocorrer após a veiculação da imagem, oportunidade em que o Ministério Público assume o

protagonismo na defesa dos interesses das crianças e dos adolescentes. Sua atuação pode se dar em duas frentes: a primeira é no sentido de buscar reparação para os danos já causados aos menores, responsabilizando civilmente os culpados; a segunda é no sentido de prevenir a ocorrência de novos danos, seja através de uma ação judicial com pedido de obrigação de não fazer, que proíba os pais a compartilhar qualquer informação prejudicial ao filho (RETTORE e BORGES E SILVA, 2016), seja por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta, que imponha deveres a serem seguidos pelos pais quando da veiculação da imagem dos filhos, sob pena de multa, como de fato ocorreu no caso Melody.

De todo modo, quando Estado intervém para proteger as crianças da exposição online, é porque, em regra, a violação do direito desses indivíduos já ocorreu, bem como os danos subsequentes. No caso da Melody, o Ministério Público passou a atuar após as fotos da criança terem repercutido negativamente na internet e das acusações dos internautas no sentido de que a artista estava sendo sexualizada pelos pais para ganhar atenção e receber mais retorno financeiro.

Ou seja, ainda que a atuação do Ministério Público seja de extrema relevância para promover a interrupção de novos danos, aqueles que já foram causados provavelmente não serão revertidos: mesmo que os pais sejam condenados a excluir determinadas informações prejudiciais às crianças como forma de reparação do dano, a informação compartilhada no âmbito digital dificilmente deixa de existir, uma vez que pode ser republicada em diversos outros websites desde o momento que os pais postaram a informação até que a criança atinja uma idade para perceber os rastros digitais ou até que o Ministério Público seja acionado. Esse problema será endereçado no próximo tópico, que trata do caso “DaddyOFive”, ocorrido nos Estados Unidos.

4.2. CASO DADDYOFIVE E A CAPACIDADE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Além do *sharenting* ser uma prática comum no Instagram e no Facebook, várias pessoas também ganham notoriedade e repercussão ao expor sua família e seus filhos no Youtube. Mike Martin era um deles: ele e a sua esposa Heather Martin, ambos norte-americanos, possuíam um canal na referida plataforma intitulado ‘DaddyOfive’ (em português, Pai de Cinco), que chegou a alcançar mais de 760 mil inscritos. O principal conteúdo eram as denominadas “pranks”, isto é, pegadinhas nas quais os pais enganavam os seus cinco filhos com diferentes situações para gravar as reações das crianças. As supostas “brincadeiras” envolviam os pais gritando e proferindo palavras de baixo calão aos filhos, choros e até agressões físicas.

Em 2017, um vídeo específico alcançou uma imensa repercussão negativa, tendo sido alvo de denúncias por diversos outros Youtubers e, inclusive, noticiado pelos jornais do Brasil¹⁶. A “pegadinha” da vez era direcionada ao filho Cody, o mais novo entre os cinco: os pais haviam pintado o tapete e as paredes do quarto da criança com tinta invisível para lhe pregar uma peça. O vídeo começa com a mãe gritando do quarto de cima, algo como “Vem aqui, agora! Que *porra* é essa que você fez?” A criança, ao escutar os gritos, sai em disparada ao seu quarto, enquanto o pai o acompanha com a câmera, perguntando: “Que inferno é esse?” Ao encontrar a sujeira no quarto, o menino começa a chorar em desespero, afirmando que ele não tinha feito aquilo: “Eu juro por Deus que não fiz isso!”. A mãe então o acusa de estar mentindo e, apenas no final do vídeo, o pai avisa à criança “É só uma pegadinha!”¹⁷.



Figura 7 – Trechos do vídeo no canal DaddyOFive

Em outros vídeos postados pela família, esse mesmo filho manifesta expressamente sua insatisfação com as brincadeiras dos pais. Em um destes, com os olhos marejados e voz de choro, o menino diz: “Então você me fez passar por tudo isso só por uma pegadinha estúpida? Eu estou cansado disso!”. O pai pergunta, em um tom apaziguador: “Você quer sair para brincar lá fora?” ao que o menino responde: “Não! Eu quero que todos me deixem em paz. Eu quero que me deixem sozinho para que eu possa me acalmar!”. Em outro vídeo, o menino diz: “Eu não quero ver vocês!” e a mãe responde: “Você é o único nessa casa que não consegue lidar com uma brincadeira sem agir como um ‘bundão’!”.

Além disso, em diversos vídeos, as brincadeiras terminavam com brigas entre as crianças, com chutes, tapas e outros tipos de agressões físicas. Em um vídeo, o pai empurra o

¹⁶ (REDAÇÃO - O ESTADO DE S. PAULO, 2017)

¹⁷ DEFRANCO, P. WOW. We Need To Talk About This. **Youtube**, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fvoLmsXKkYM>>.

filho em direção a uma estante de livros que, em seguida, aparece deitado na cama, com o travesseiro sujo de sangue:

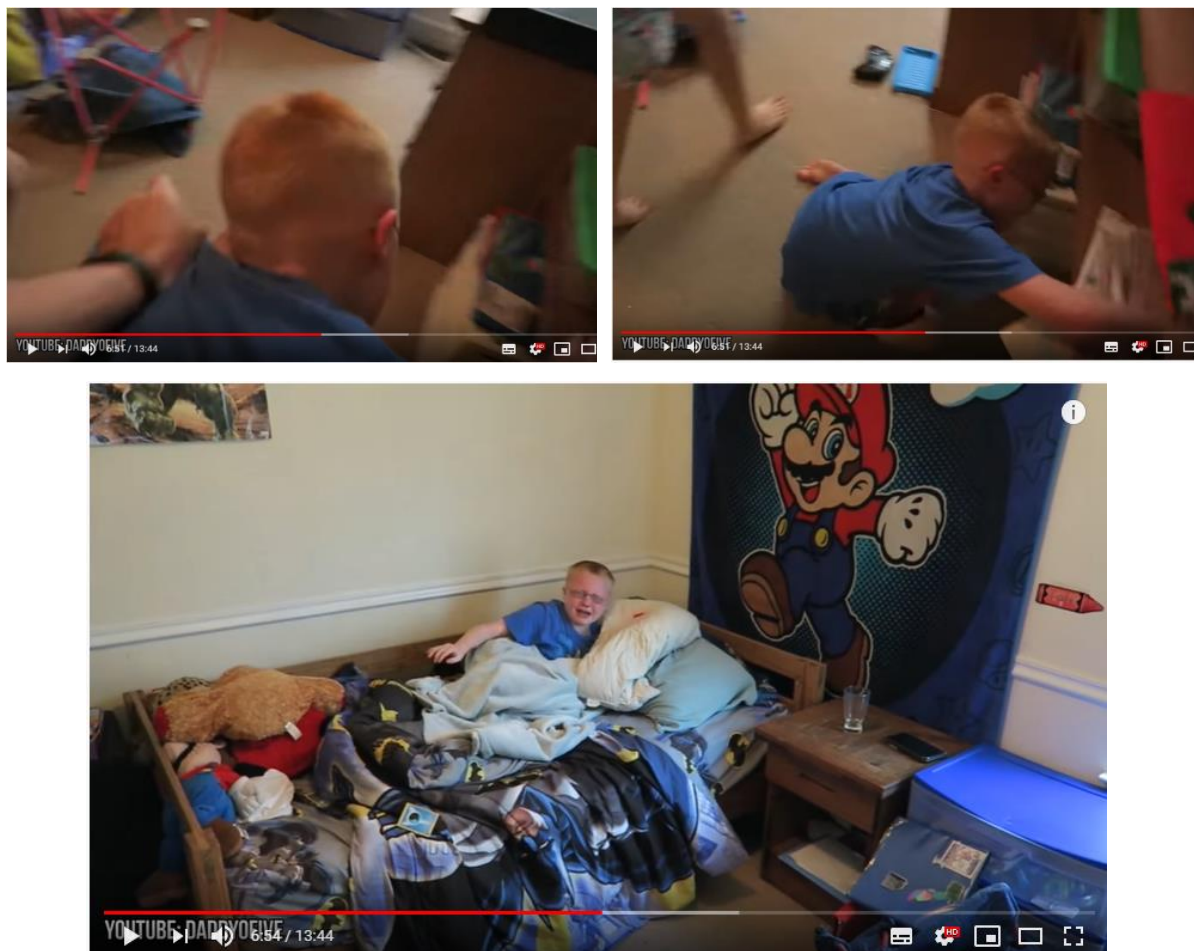


Figura 8 – Trechos do vídeo no canal DaddyOfFive

Após receberem diversos comentários negativos apontando abuso infantil, os pais postaram um segundo vídeo, no qual o pai explica que, apesar dos choros e gritos, tudo não passava de uma brincadeira e que as pessoas não entendiam o humor. No vídeo, o pai pede a atenção das crianças e pergunta: “Alguém ficou traumatizado?”. E, apesar de negarem, Cody diz “Eu nem sei o que isso significa...”, enquanto outro filho diz: “Pelo menos vocês não estão nos batendo, como a maioria dos pais”. Os pais ainda soltaram a seguinte nota¹⁸:

Nós tivemos uma reunião de família e revisamos vários comentários e preocupações. Nós discutimos diferentes alternativas para nossos próximos vídeos e formas de

¹⁸ DEFRANCO, P. WOW. We Need To Talk About This. **Youtube**, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fvoLmsXKkYM>>.

melhorarmos. Nós pedimos profundas desculpas pelo seu sentimento de preocupação. Nós não toleramos abuso infantil em nenhuma forma. Como todos os nossos amigos e família poderiam falar, nós somos uma família unida e amorosa e todos gostamos de produzir os vídeos do Youtube e nos divertimos juntos.

Após toda a repercussão, os internautas iniciaram uma petição online, que obteve mais de 21 mil assinaturas e deu início a uma investigação pelo Serviço de Proteção Infantil e pela Procuradoria sobre possível abuso físico e psíquico infantil. Em maio de 2017, o casal perdeu a custódia das duas crianças mais novas, Cody e Emma Martin, de 10 e 11 anos, respectivamente, que são filhos biológicos de Mike Martin e enteados de Heather Martin. Eles foram morar com a mãe biológica, Rose Hall, após a concessão da guarda provisória pelo juízo.

Com o resultado do estudo psicossocial apontando que as duas crianças sofreram violência psicológica, o casal foi processado criminalmente por negligência familiar e firmaram um acordo com a promotoria, que lhes garantiu a liberdade condicional por 5 anos. A sentença proibiu o casal de entrar em contato com Cody e Emma, a não ser por determinação judicial, bem como de postar qualquer vídeo em que as crianças participem, sob pena de serem condenados a 10 anos de prisão. As três crianças mais velhas, que são filhos biológicos tanto do pai quanto da mãe, não foram objeto do processo penal, uma vez que a avaliação constatou que eles não sofreram agressão psicológica associada aos vídeos.

À época, o casal fez um vídeo comentando sobre o acontecimento: “Essa foi a pior semana possível de nossas vidas e nós percebemos que fizemos péssimas decisões como pais e apenas queremos acertar as coisas”. E continuam: “Nós começamos como algo que não era tão ruim e continuamos mais e mais pelo fator chocante x realidade, para ver o que nos traria mais visualizações”.

Os pais reconheceram, então, que seus interesses pessoais, especialmente por mais visualizações e pelo consequente retorno financeiro que isso lhes proporcionaria, fez com que eles desconsiderassem o que era melhor para as crianças. Nesse sentido, Renata Martins constatou que a superexposição dos filhos nas mídias sociais atende a um sentimento de realização pessoal das mães, que, ao se reconhecerem como “instrumento para ajudar outras mães”, tem a percepção de estarem ocupando um espaço de protagonismo. Ou seja, o *sharenting* é encarado como algo prazeroso para os pais, um canal de entretenimento, apoio e reflexão da maternidade ou paternidade.

De mais a mais, Blum-Ross e Livingstone (2017) indicaram haver um caráter individualista sobre a exposição da imagem dos filhos pelos pais: em pesquisa qualitativa

realizada com 66 famílias, a maioria dos pais afirmou que fazia a atividade como algo para si próprio e para manter sua individualidade, como pode ser ilustrado pelo depoimento reproduzido e traduzido a seguir, feito por uma mãe que havia acabado de ter o segundo filho e decidido sair do trabalho:

“Mesmo sendo encantador cuidar das crianças, minha mente começou a se esvair... quando você está em casa, especialmente quando meu filho era pequeno, eu conversava com ele... [mas] era uma conversa unilateral... Era ótimo escrever sobre tudo e, ficar tipo, como eu me sinto a respeito de isso?... Era muito bom para mim... Eu não estava deprimida, mas não estava feliz. Isso me deu um algo a mais, algo que era para mim e não apenas como mãe”

Decorre daí o fato de que, ainda que não seja essa a intenção, a exposição promovida pelos pais pode causar danos aos seus filhos e se distanciar do melhor interesse do menor: pesquisa conduzida pela Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, demonstrou que 56% dos pais já divulgaram informações potencialmente constrangedoras sobre seus filhos e 27% deles compartilhavam fotos potencialmente inadequadas. Além disso, 74% dos pais que participaram da pesquisa disseram ter a percepção que outros pais superexpõem seus filhos online (C.S. MOTT CHILDREN’S HOSPITAL, 2016).

Leah A. Plunkket (2019) defende que, porque os adultos ainda estão entendendo como se relacionar com a tecnologia, seu papel de guardiões da identidade e privacidade online das crianças muitas vezes não é bem cumprido. Quando um adulto utiliza a tecnologia para aperfeiçoar sua existência, as necessidades e preferências dos menores podem ficar em segundo plano, porque os adultos priorizam o seu próprio interesse, ainda que inconscientemente.

E, mesmo que a informação compartilhada não atribua um caráter negativo para a imagem do filho, as crianças e adolescentes podem simplesmente não concordar que seus dados pessoais se tornem públicos. Em sendo a privacidade algo contextual, temporal e relacionada ao “modo de vida e nível de exposição que o titular do direito está disposto a oferecer”, é possível e, até provável, que o critério de privacidade dos pais não corresponda ao critério de privacidade que seus filhos irão desenvolver ao longo da vida. (EBERLIN, 2017). Ou seja, ainda que os adultos tenham a intenção de usar a tecnologia para melhorar a vida das crianças, é possível que as crianças simplesmente não os queiram envolvidos em sua vida digital (PLUNKETT, 2019).

Tanto é assim que, enquanto os filhos são bebês ou crianças pequenas, o direito dos pais em compartilhar suas imagens parece algo incontestável. Conforme essas crianças vão ficando

mais velhas e, conseqüentemente, desenvolvendo a sua personalidade, certas objeções começam a surgir, conforme constatou Blum-Ross e Livingstone. O seguinte trecho da entrevista de uma das mães que participaram da pesquisa das autoras ilustra bem a questão:

“A trajetória parece ser essa até que seu filho aprenda a ler... você possui uma certa... titularidade do conteúdo sobre seu filho, ou algo assim... até que um dia a minha filha disse para mim: você vai postar isso na internet? Eu fiquei, tipo, que droga!” (BLUM-ROSS e LIVINGSTONE, 2017)

Uma outra mãe afirmou que as filhas foram sumindo do blog ao passo em que iam ficando mais velhas. Um dos pais entrevistados disse que seu filho de seis anos começou a se sentir desconfortável com a exposição no blog e a confrontá-lo sobre a destinação das fotos que estavam sendo tiradas, perguntando sempre: “essa foto é para você ou para o blog?”. Com o tempo, a criança começou a se recusar a sair em fotografias e, como forma de “vingança”, postou no Instagram um retrato do pai comendo um sanduíche a fim de constrangê-lo. Após o evento, os dois se sentaram para que o filho explicasse sobre o que ele gostaria que o pai escrevesse, de modo a permitir que o menor se sentisse mais no controle (BLUM-ROSS e LIVINGSTONE, 2017).

No caso DaddyOFive, a situação é bem semelhante, uma vez que, em repetidos vídeos, o filho mais novo, Cody, demonstra que não está de acordo com as gravações e, em determinado momento, pede expressamente: “Vá embora e leve a câmera com você” ao que o pai responde: “Não! Eu preciso ‘vlogar’ minha vida, você sabe disso!”.

Relatos como esses demonstram que os pais que realizam o *sharenting* experimentam um conflito importante entre respeitar os limites impostos pelos filhos e, ao mesmo tempo, manter o compromisso com o blog e seus leitores, que é, novamente, um conflito a liberdade de expressão dos pais e o direito de personalidade dos filhos.

No entanto, na condição peculiar de seres em desenvolvimento, as crianças possuem poucos recursos para enfrentar os pais em sua decisão de compartilhar a vida digital, pois: (i) espera-se que as crianças acolham a vontade dos pais; (ii) as crianças podem não encontrar a oportunidade para demonstrar sua discordância ou que se incomoda com a exposição; e (iii) as crianças podem não entender quais os possíveis desdobramentos da conduta digital dos pais (STEINBERG, 2017). A questão ainda se torna mais problemática pelo fato de que, após a publicação de uma informação na internet, cria-se um rastro digital que acompanhará a criança

pelo resto de sua vida, não havendo nenhum mecanismo de “opt-out” que possa ser usado para reverter a situação (STEINBERG, 2017).

Diante disso, poderia se cogitar que a melhor solução seria simplesmente proibir os pais de postarem qualquer informação com potencial de expor os menores. Para essa hipótese, Steinberg responde que: “um argumento de censura como esse provavelmente falharia como uma desarrazoada restrição à liberdade de expressão”. No mesmo sentido, Eberlin indica que não deve existir uma proibição total e absoluta, pois “cabe aos pais o direito-dever de cuidar dos filhos e decidir o que é melhor para as crianças em termos de vida digital e no seu melhor interesse”, além do que a liberdade de expressão e o direito de os pais compartilharem os seus melhores momentos ao lado dos filhos também deve ser preservada.

Desse modo, é papel dos operadores do direito aventar soluções para compatibilizar a liberdade de expressão dos pais e a proteção do direito à imagem dos filhos, seja por meio da ponderação respaldada no princípio da proporcionalidade, seja com base em uma interpretação sistemática da lei (EBERLIN, 2017). E é aí que o direito ao esquecimento ganha especial relevância quando o assunto é o *sharenting*. Nas palavras de Steinberg:

O direito ao esquecimento permite aos pais a liberdade de falar sobre os filhos nas mídias sociais e blogs. Além disso, não viola o direito de os pais expressarem suas visões sobre paternidade ou maternidade e permite que os pais controlem a disseminação da informação sobre a criança como um integrante da unidade familiar.

Segundo Anderson Schreiber (2017), o direito ao esquecimento pode ser definido como o direito a “não ser constantemente perseguido por fatos do passado, que já não mais refletem a identidade atual daquela pessoa”. Em se tratando, em sua essência, do direito “contra uma recordação opressiva de fatos” potencialmente obstrutiva da capacidade de evolução e modificação do ser humano, esse instituto jurídico possibilitaria ao indivíduo apagar a ‘pegada digital’ construída por seus pais, pois o propósito das informações divulgadas pelos adultos se esvai à medida em que os menores se desenvolvem (STEINBERG, 2017).

Apesar de não encontrar previsão legal expressa no ordenamento jurídico brasileiro, o direito ao esquecimento já é objeto de estudo da doutrina jurídica brasileira há um certo tempo. A partir do julgamento dos Recursos Especiais nº 1.334.097/RJ e nº 1.335.153/RJ, o tema se internalizou definitivamente no debate jurídico do país. Nesse sentido, o enunciado nº 531 da

VI Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal (CJF), aprovado em 2013, determina “A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento”.

Por diversas vezes, o direito ao esquecimento é definido como um direito uno, suscitando críticas sobre a multiplicidade de significados que decorrem de seu conceito. Para afastar-se disso, Marcos Augusto Ehrhardt Júnior opta por encará-lo como uma espécie de termo “guarda-chuva”, que contempla: (i) direito à reabilitação, (ii) direito ao apagamento; (iii) direito à desindexação; (iv) direito à obscuridade; e (v) direito ao esquecimento digital, em conformidade com a classificação originalmente criada por Voss e Castets-Renard (EHRHARDT JÚNIOR, 2017).

Dentre estes, o direito à desindexação é a esfera do direito ao esquecimento que ganhou mais relevância no recente debate jurídico, especialmente após o caso *Google Spain*, no qual um cidadão espanhol requereu que o referido provedor de aplicação retirasse dos resultados de sua busca uma publicação feita pelo jornal *La Vanguardia*, que continha um anúncio com seu nome vinculado à venda de bens imóveis em hasta pública como consequência de antiga dívida com a Seguridade Social, que já havia sido quitada. O Tribunal de Justiça da União Europeia acolheu o pedido, autorizando que os cidadãos europeus requeiram às empresas provedoras de *search engine* (motor de busca), inclusive extrajudicialmente, a remoção de links de páginas que exponham dados pessoais quando essas informações forem consideradas “imprecisas, inadequadas ou irrelevantes”.

Segundo Erhrandt, o direito à desindexação não é positivado expressamente, mas poderia ser extraído do artigo 19 do Marco Civil da Internet:

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

Entretanto, esse dispositivo legal é alvo de críticas entre os juristas, pois condiciona a reparação de danos ao ajuizamento de ação e à emissão de ordem judicial específica (SCHREIBER, 2018), trilhando um caminho de pouca responsabilidade dos provedores de

aplicação pelo conteúdo gerado por terceiros, vinculando sua atuação “no âmbito e nos limites técnicos de seu serviço”.

O julgamento do AgInt no REsp nº 1.593.873/SP representa, de modo emblemático, o posicionamento jurisprudencial nesse sentido. No caso, a autora “SMS” havia ajuizado ação judicial contra a Google, requerendo a eliminação dos resultados de buscas que envolvessem seu nome, vez que direcionava os usuários à sites contendo imagens em que aparecia nua. Na oportunidade, o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que os danos decorrentes do resultado das buscas não poderiam ensejar a responsabilização do provedor desse serviço, sendo parte ilegítima para figurar o polo passivo da ação. O ofendido deveria buscar reparação junto aquele que havia disponibilizado o conteúdo ofensivo na rede e não perante o site de pesquisas (EHRHARDT JÚNIOR, 2017).

Se trazido para a realidade do *sharenting*, esse entendimento permite que os provedores de aplicações aleguem a impossibilidade técnica de controlar as informações que são disponibilizadas pelos pais a respeito de seus filhos, ainda que possam se perpetuar nos algoritmos de busca do Google por anos, emergindo de maneiras embaraçosas ao longo de toda a vida da criança. Sendo assim, para que o direito ao esquecimento efetivamente se coloque como uma medida legal promissora para remediar os danos causados pelo *sharenting*, conforme defende Steinberg, exige-se uma evolução no posicionamento jurisprudencial brasileiro sobre as obrigações dos provedores de internet pelo conteúdo gerado por terceiros (EBERLIN, 2017).

Os primeiros indícios de uma mudança como essa talvez tenham surgido em maio de 2018, quando do julgamento do REsp nº 1.660.168, de relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellizze. No caso, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reconheceu que, em *situações excepcionalíssimas*, seria necessária “a intervenção pontual do Poder Judiciário para fazer cessar o vínculo criado, nos bancos de dados dos provedores de busca, entre dados pessoais e resultados da busca, *que não guardam relevância para interesse público à informação, seja pelo conteúdo eminentemente privado, seja pelo decurso do tempo*”. No caso, a 3ª Turma do STJ¹⁹ determinou que os sites de busca deveriam criar formas de evitar que o nome de uma promotora de Justiça aparecesse vinculado a uma fraude em concurso para magistratura, conforme se extrai da ementa colacionada a seguir:

¹⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recorrentes: YAHOO! do Brasil Internet LTDA. e Google Brasil Internet LTDA. Recorrida: D. P. N. RECURSO ESPECIAL Nº 1.660.168 - RJ (20140291777-1); Redator designado: Min. Marco Aurélio Bellizze. 3ª Turma. 08 de maio de 2018. DJE 05/06/2018.

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. 1. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. 2. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO CONFIGURADO. 3. PROVEDOR DE APLICAÇÃO DE PESQUISA NA INTERNET. PROTEÇÃO A DADOS PESSOAIS. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. DESVINCULAÇÃO ENTRE NOME E RESULTADO DE PESQUISA. PECULIARIDADES FÁTICAS. CONCILIAÇÃO ENTRE O DIREITO INDIVIDUAL E O DIREITO COLETIVO À INFORMAÇÃO. 4. MULTA DIÁRIA APLICADA. VALOR INICIAL EXORBITANTE. REVISÃO EXCEPCIONAL. 5. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Debate-se a possibilidade de se determinar o rompimento do vínculo estabelecido por provedores de aplicação de busca na internet entre o nome do prejudicado, utilizado como critério exclusivo de busca, e a notícia apontada nos resultados. 2. O Tribunal de origem enfrentou todas as questões postas pelas partes, decidindo nos estritos limites da demanda e declinando, de forma expressa e coerente, todos os fundamentos que formaram o livre convencimento do Juízo. 3. A jurisprudência desta Corte Superior tem entendimento reiterado no sentido de afastar a responsabilidade de buscadores da internet pelos resultados de busca apresentados, reconhecendo a impossibilidade de lhe atribuir a função de censor e impondo ao prejudicado o direcionamento de sua pretensão contra os provedores de conteúdo, responsáveis pela disponibilização do conteúdo indevido na internet. Precedentes. 4. **Há, todavia, circunstâncias excepcionálíssimas em que é necessária a intervenção pontual do Poder Judiciário para fazer cessar o vínculo criado, nos bancos de dados dos provedores de busca, entre dados pessoais e resultados da busca, que não guardam relevância para interesse público à informação, seja pelo conteúdo eminentemente privado, seja pelo decurso do tempo.** 5. Nessas situações excepcionais, o direito à intimidade e ao esquecimento, bem como a proteção aos dados pessoais deverá preponderar, a fim de permitir que as pessoas envolvidas sigam suas vidas com razoável anonimato, não sendo o fato desabonador corriqueiramente rememorado e perenizado por sistemas automatizados de busca. 6. O rompimento do referido vínculo sem a exclusão da notícia compatibiliza também os interesses individual do titular dos dados pessoais e coletivo de acesso à informação, na medida em que viabiliza a localização das notícias àqueles que direcionem sua pesquisa fornecendo argumentos de pesquisa relacionados ao fato noticiado, mas não àqueles que buscam exclusivamente pelos dados pessoais do indivíduo protegido. 7. No caso concreto, passado mais de uma década desde o fato noticiado, ao se informar como critério de busca exclusivo o nome da parte recorrente, o primeiro resultado apresentado permanecia apontando link de notícia de seu possível envolvimento em fato desabonador, não comprovado, a despeito da existência de outras tantas informações posteriores a seu respeito disponíveis na rede mundial. 8. O arbitramento de multa diária deve ser revisto sempre que seu valor inicial configure manifesta desproporção, por ser irrisório ou excessivo, como é o caso dos autos. 9. Recursos especiais parcialmente providos.

A situação excepcionálíssima verificada no caso em questão também deve ser reconhecida nos casos de *sharenting*, pois o fato de as crianças serem indivíduos em condição peculiar de desenvolvimento humano e hipervulneráveis exige que os produtos e serviços destinados a gerar algum impacto sobre o público infantil recebam tratamento diferenciado. Como as crianças não usufruem de qualquer controle sobre os dados postados por seus pais a seu respeito, o exercício de direitos inerentes à autodeterminação informativa só se materializa

se forem disponibilizados mecanismos que possibilitem à essas crianças apagamento de dados que forem postados durante sua infância (EBERLIN, 2017).

Alternativamente, caso a jurisprudência não admita a situação excepcionalíssima autorizadora do tratamento diferenciado nos casos de *sharenting*, uma possível estratégia seria emplacar o direito à obscuridade, que foi proposto por juristas americanos justamente como contraposição aos modelos de direito ao esquecimento tutelados na Europa continental e, em especial, do direito à desindexação. A proposta é que, ao invés de as informações serem apagadas ou desindexadas, os mencionados dados se tornariam relativamente difíceis de se localizar na rede, a partir de uma combinação de fatores técnicos (EHRHARDT JÚNIOR, 2017). Isso permitiria que, ainda que a identidade online dos filhos construída pelo pai subsistisse, a identidade prevalente seria aquela que a própria criança construiu ao passo em que ia adquirindo maturidade.

Por fim²⁰, o direito ao apagamento – outra faceta do direito ao esquecimento – também se apresenta como uma saída interessante para compatibilizar o *sharenting* ao direito à privacidade dos menores. O Regulamento 2016/679 da União Europeia positiva esse direito especificamente no contexto do *sharenting*, uma vez que o artigo 17,1, “f” faculta aos titulares dos dados pessoais o direito ao apagamento de suas informações quando elas forem coletadas durante a infância.

O direito ao apagamento tutela a possibilidade de que as informações de pessoas naturais coletadas por terceiros sejam excluídas, sendo um direito que remonta muito antes da era digital. Anteriormente, sua importância ficava mais restrita às relações entre particular e Estado, pois a formação do *Welfare State* trouxe preocupações a respeito do destino das informações cadastrais dos usuários dos serviços públicos. Na era digital, o direito ao apagamento recebeu novos contextos, especialmente diante da necessidade de proteção dos dados pessoais coletados por atores privados. Alguns juristas defendem que a positivação do direito ao apagamento pode ser extraída da interpretação do artigo 7º, X do Marco Civil da Internet, a seguir reproduzido (EHRHARDT JÚNIOR, 2017):

²⁰ O direito à reabilitação e o direito ao esquecimento digital não encontram pertinência com a proposta do presente trabalho, pois enquanto o primeiro consiste no esquecimento do passado criminal de uma pessoa, o segundo traz uma solução ligada à arquitetura da rede muito mais do que um raciocínio jurídico para a questão. (EHRHARDT JÚNIOR, 2017)

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

[...]

X - exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei.

Ehrendt Júnior suscita a tese de que a positivação do direito ao apagamento também poderia ser extraída do artigo 21 do Marco Civil da Internet, segundo o qual:

Art. 21. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo.

Observe-se que, novamente, a responsabilidade civil dos provedores de aplicação de internet é conservadoramente consagrada na legislação, pois somente será observada quando o material divulgado contiver cenas de nudez ou atos sexuais de caráter privados, quando forem divulgados sem autorização dos participantes. Como inexistente direito à informação sobre fatos e atos relativos à intimidade sexual das pessoas, trata-se da única hipótese prevista em lei em que a retirada de informações da internet não exige uma determinação judicial. No caso do *sharenting*, isso significa que, sem determinação judicial, os websites somente seriam obrigados a exercer um papel ativo em casos extremos como os de pedofilia (EBERLIN, 2017) e, ainda assim, desde que cumprido o requisito da notificação extrajudicial, mais bem detalhado no parágrafo único²¹ do mencionado dispositivo legal.

Observe-se, que, no Brasil, o caso do jovem Nissim Ourfali, ocorrido em 2012, representa bem como o direito ao esquecimento pode ser utilizado nos casos de *sharenting*. Nesse caso, o pai disponibilizou no Youtube um vídeo realizado para comemoração do Bar

²¹ “Parágrafo único. A notificação prevista no **caput** deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido.”

Mitzvah do garoto de 13 anos, em que ele cantava uma paródia da música “What Makes You Beautiful” da banda americana One Direction, na qual contava sua rotina, seus gostos e informações sobre sua personalidade. A canção ainda veio acompanhada de vídeos, fotos e montagens do jovem com sua família e amigos, em viagens e passeios. Apesar de a publicação ter sido destinada apenas a amigos e familiares, o vídeo tomou proporções inimagináveis, tendo recebido mais de três milhões de visualizações. Discotecas do Rio de Janeiro e São Paulo tocavam a versão do menino nos autofalantes e, em razão do bullying em massa que sofreu, o jovem teve de ser acompanhado por seguranças sempre que comparecia a eventos sociais, pelo período de um ano (SCHREIBER, 2018).

À época, o jovem, representado por seus pais, ajuizou ação judicial requerendo que o Google, empresa proprietária do Youtube, retirasse os vídeos da plataforma, com fundamento do direito à imagem e à intimidade. Embora a tutela antecipada tenha sido indeferida pelo Juízo de piso, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo autorizou a retirada do vídeo de circulação.

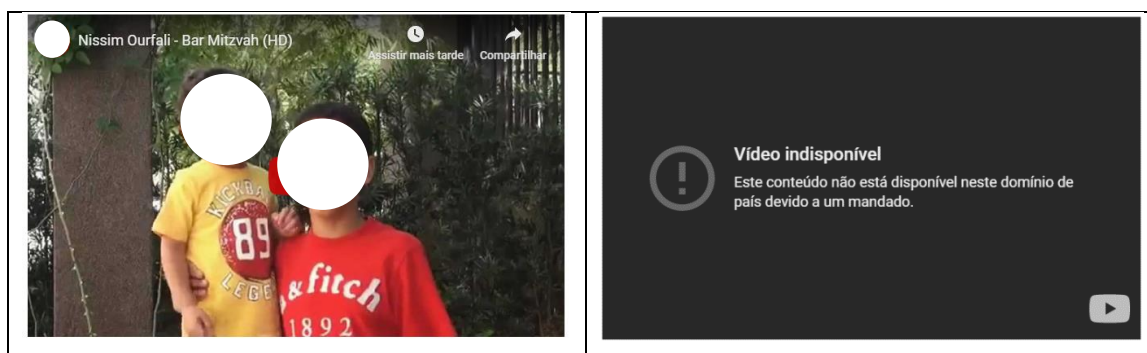


Figura 9 – Vídeo de Nissim Ourfali

Ao defender o entendimento exarado pelo TJSP, Anderson Schreiber ressalta que o videoclipe tem como protagonista um menor de idade, que merece proteção especial à luz da doutrina constitucional brasileira, e que é considerado absolutamente incapaz para as práticas do ato da vida civil. A própria iniciativa do menor em ajuizar demanda judicial já é indício de que a sua autorização não foi obtida de modo válido ou completamente esclarecido. E, ainda que o fosse, o pleito judicial merece deferimento, pois muito embora a divulgação do vídeo tivesse sido voluntária, o material recebeu uma repercussão totalmente inesperada e se distanciou da intenção original, que era compartilhar o conteúdo apenas com pessoas próximas (SCHREIBER, 2018). Nas palavras do autor:

Se a percepção dos pais sobre os riscos envolvidos foi tardia, tal “erro” de avaliação não pode servir de obstáculo à tutela dos seus direitos, mantendo-se uma vinculação com um ato originário simplesmente por apego a uma vontade que definitivamente não existe mais. (SCHREIBER, 2018, p. 24)

Por oportuno, esclareça-se que eventual evolução no entendimento jurisprudencial que responsabilize os provedores de internet pelo conteúdo gerado por terceiros também pode se colocar como um incentivo para que esses agentes passem a adotar medidas preventivas no sentido de evitar a violação dos direitos das crianças e adolescentes resultantes do *sharenting*.

O estudo realizado pelos pesquisadores de Nova Iorque sugere algumas medidas para os provedores de aplicação protegerem melhor a privacidade das crianças que são postadas pelos pais ou outros adultos (KUMAR e SCHOENEBECK, 2015). Especialmente para o Facebook, sugere-se a implementação de uma política de uso em que as imagens contendo crianças automaticamente seriam restritas a uma audiência selecionada. Ou ainda, a criação de um mecanismo que induz os usuários a optarem por uma modalidade de privacidade mais restrita. Por exemplo, se o rosto de uma criança for detectado em uma foto, uma mensagem automática surgiria para encorajar o usuário a escolher uma audiência mais restrita para a postagem. Confira-se, a seguir:



Figura 10 – Proposta de medida para os provedores de aplicação “Essa é uma criança?”
(KUMAR e SCHOENEBECK, 2015)

Outro grupo de pesquisadores experimentaram se o comportamento dos usuários se

alteraria caso o Facebook criasse uma espécie de “notificação de privacidade” para as publicações realizadas (WANG, LEON, *et al.*, 2013). Para tal, criaram um plug-in com três notificações: (i) aviso com fotos, que apresentava em uma lista aleatória de cinco perfis de usuários que teriam acesso àquela publicação, a depender da audiência selecionada; (ii) aviso com tempo, que estabelecia um período de 10 segundos antes de a publicação ser efetivamente publicada para que o usuário pudesse editar ou deletar essa mesma publicação; e (iii) aviso de sentimento, em que um algoritmo detectava o conteúdo geral da postagem e informava as possíveis percepções de outros usuários a seu respeito. Ilustra-se, a seguir:



Figura 11 – Proposta de medida para os provedores de aplicação: aviso com foto
(WANG, LEON, *et al.*, 2013)

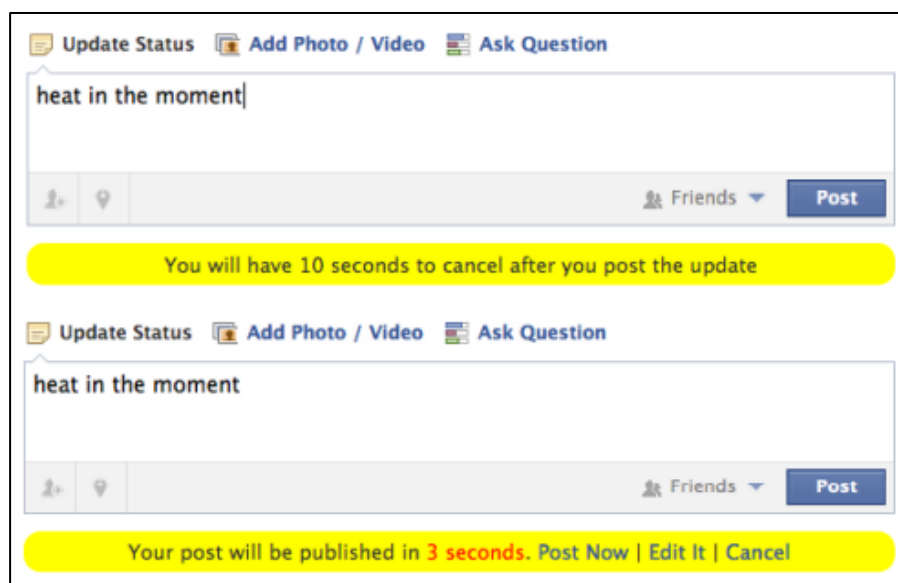


Figura 12 – Proposta de medida para os provedores de aplicação: aviso com tempo
(WANG, LEON, *et al.*, 2013)

O experimento realizado demonstrou que, de modo geral, os avisos foram úteis e tiveram um impacto positivo no comportamento online dos usuários. Alguns participantes alteraram as configurações de privacidade de sua postagem ao ser notificado sobre quem poderia ter acesso e outros usuários editaram suas postagens ou até resolveram deixar de postá-la durante os 10 segundos oferecidos pelo aviso de tempo.

Ainda que esses mecanismos não consistam em medidas revolucionárias para impedir a violação dos direitos das crianças no *sharenting*, a importância desse estudo reside na constatação de que é possível criar ferramentas para desincentivar os usuários das mídias sociais a publicarem determinada postagem sobre a qual se arrependem em seguida, sobretudo quando essa postagem envolve um terceiro que não goza de suas capacidades em plenitude.

4.3. CASO ENRICO BACCHI E O DIREITO AO NÃO-TRABALHO

O terceiro e último caso a ser estudado não foi judicializado, ao contrário dos dois anteriores. Trata-se do caso de Enrico Bacchi, filho de Karina Bacchi e Amaury Nunes, ambos apresentadores de televisão. Em seu perfil do Instagram, que é gerenciado pela mãe, a criança é acompanhada por 2,6 milhões de seguidores e já possui 945 publicações.

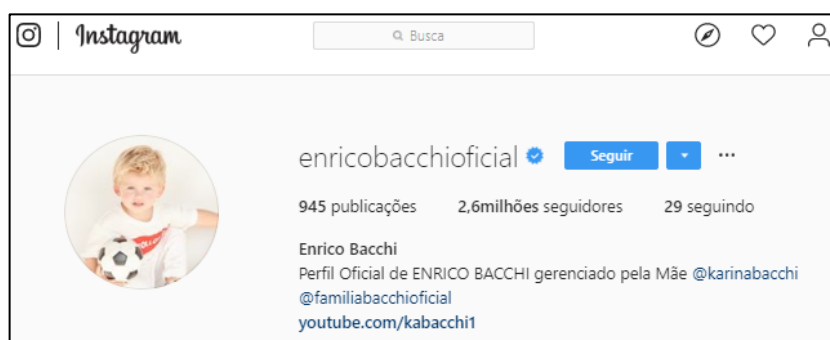


Figura 13 – Perfil de Enrico Bacchi no Instagram (BACCHI)

Em entrevista concedida para um canal no Youtube²², Karina Bacchi explica que criou um perfil do Instagram para o filho no dia de seu nascimento, com a ideia de construir um álbum de fotografias para ele. Segundo a mãe, o acesso ao perfil era restrito apenas para amigos, mas preferiu liberar o acesso para evitar a criação de perfis falsos. Ela ainda menciona que, à época, algumas pessoas a criticaram pela atitude:

²² PINHEIRO, T. Entrevista com o Superstar Enrico Bacchi. 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ThrBWDcNqXI&t=437s>. Acesso em 01/12/2019.

“No começo, muitas pessoas achavam: “Ah, mas ele é muito pequeno...”. Mas eu acho que foi feito com muito amor, muito pensado como uma forma de compartilhar coisas boas”

A apresentadora considera como algo positivo o fato de seu bebê ser um influenciador:

“Porque ele está influenciando de forma positiva as mães e os outros filhos também... Pelo menos, o retorno que eu tenho desses seguidores são exatamente o de que ele está transmitindo uma coisa boa e que a gente, através das nossas postagens também, acaba incentivando esse elo entre mãe e filho, esse afeto, esse carinho... Então, eu acho que a partir do momento em que a gente está compartilhando bem e influenciando positivamente, não tem porque se preocupar”.

O caso Enrico Bacchi foi escolhido como representativo, pois, apesar da diversidade de perfis de crianças em que os pais promovem o *sharenting*, a mãe Karina Bacchi já admitiu que recebe com as postagens realizadas nas mídias sociais do filho e qual a destinação desses valores, conforme trecho a seguir da entrevista concedida ao canal do Youtube:

“Eu acabo escolhendo muito o que ele vai se sentir confortável e com a mensagem que a gente também vai querer passar para as outras mães... E tudo que entra que tem a ver com a imagem dele, eu penso vinte vezes mais em aceitar ou não. E o “cachêzinho” vai para ele, ele já tem a poupancinha dele... Eu estou guardando para o futuro dele.”

Em estudo sobre as “micro-microcelebridades”, Abidin explica que apesar da proeminência dessas crianças nas redes sociais, a atividade desempenhada por elas ainda precisa ser formalmente reconhecida como trabalho. Esta atividade não encontra previsão no ordenamento jurídico de nenhum país e não é contemplado pelas normas de trabalho artístico infantil, as quais se destinam a regulamentar o trabalho realizado pelos os artistas mirins da indústria convencional (ABIDIN, 2017). Além disso, os pais que integram as famílias de influenciadores digitais buscam justificar o trabalho realizado por essas crianças por quatro principais mecanismos.

Primeiro, os pais tentam afastar o caráter laboral da atividade ao indicar que as crianças estão se divertindo, que a exposição é motivo de recreação e lhes causa satisfação e prazer, além de serem os próprios filhos que, intencionalmente, desejam a participação dos outros em sua propriedade digital (ABIDIN, 2017). Esse mecanismo foi especialmente utilizado pela família “DaddyOFive” que, após as acusações de que os pais submetiam as crianças à abuso psicológico, soltou nota indicando que “todos gostamos de produzir os vídeos do Youtube e nos divertimos juntos.”

O segundo mecanismo é permitir que aspectos do cotidiano transpareçam no conteúdo produzido, especialmente quando se trata do “conteúdo de preenchimento”, de modo que a

espontaneidade e frivolidade da criança se tornem o foco principal do material a ser divulgado (ABIDIN, 2017). A título de exemplo, cita-se os vídeos postados no perfil do Enrico Bacchi, em que se captura momentos simples da rotina da criança, como o filho e a mãe tomando um sorvete juntos ou ele explicando para a mãe um desenho que havia feito:

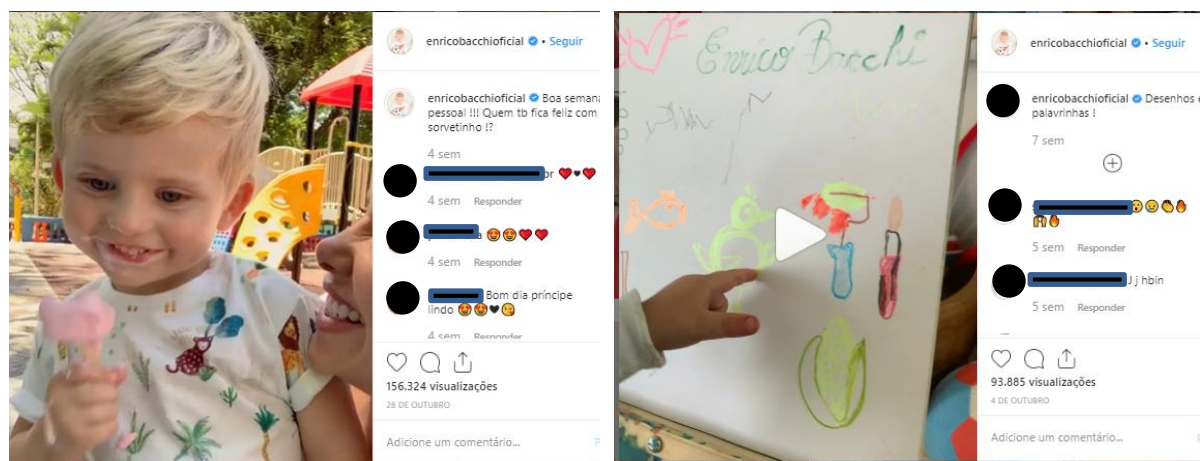


Figura 14 – Fotos do perfil do Enrico Bacchi: rotina da criança

Em terceiro, os pais buscam capturar momentos em que as crianças demonstram seu consentimento em participar do conteúdo produzido (ABIDIN, 2017). Em vídeo postado no perfil do Instagram de Enrico, para anunciar o lançamento do reality da Família Bacchi, a criança aparece com uma claquete dizendo: “1, 2, 3...” e o pai: “Gravando”. Em seguida, convida as pessoas para acessarem o canal no Youtube: “Venha ver minha mãe no Youtube”.

Por último, os pais superexpõem a rotina dos filhos para reiterar que, apesar da fama, as crianças continuam sendo crianças “normais” (ABIDIN, 2017). A título de exemplo, a foto em que Enrico Bacchi aparece em seu primeiro dia na escola, com a legenda que indica como se comportou na sala de aula:



Figura 15 – Fotos do perfil de Enrico Bacchi: “criança normal”

Abidin explica que esses mecanismos são explorados pelos influenciadores de modo a convencer que esses artistas “são ‘família’ antes de ‘influenciadores’ e que priorizam o cuidado, bem-estar e diversão das crianças ao seu negócio” (ABIDIN, 2017, p. 12, tradução nossa). Isto é feito de maneira tão convincente que, mesmo submetendo seus filhos a horas de trabalho digital para a produção do conteúdo, esses pais raramente são criticados ou atacados pelos internautas. Trata-se de um disfarce que os pais tentam atribuir à atividade desempenhada por essas crianças, para que seja percebida como algo lúdico, recreativo e ingênuo, não como uma atividade dirigida, alvo de exploração econômica (CAVALCANTE, 2012).

Ocorre que, a partir de uma análise das diferenças existentes entre o que é trabalho e o que é lazer/jogo (MELRO, 2010), evidencia-se relevante correspondência entre o *sharenting* e os aspectos que caracterizam a atividade laboral, conforme demonstra planilha reproduzida a seguir:

Trabalho	Lazer/Jogo
Campo do real	Campo do imaginário
Regras instituídas (seriedade)	Regras alteráveis (seriedade)
Limite de idade para determinados trabalhos	Limite de idade para determinados jogos
Quem detém o “poder” é o adulto com ordenado elevado mais	Quem detém o “poder” é a criança que mais vezes ganha nos jogos
Os resultados procuram êxitos e aprovação dos adultos	Os resultados procuram êxitos e aprovação das outras crianças
O trabalho é um fim para atingir um meio (de ganhar mais dinheiro)	Jogo é um meio para atingir um fim (vencer o jogo)
Envolvimento obrigatório total nas atividades	Envolvimento voluntário nas atividades
Vaidade ilimitada	Vaidade limitada e passageira
Objetivo: comparar-se com adultos através de ordenados ou outras recompensas simbólicas	Objetivo: comparar-se com outras crianças através do elogio e do ganho em certas atividades
Desenvolvimento da personalidade adulta, profissional, responsável	Desenvolvimento da personalidade infantil, lúdica respeitável, socialização
Papel de lucro	Papel de afirmação do eu, distração
Apela à obtenção de resultados (obrigação)	Apela à espontaneidade

Tabela 3 – Diferença entre trabalho e lazer/jogo – adaptada de Melro, 2010

De fato, por se tratar de um fenômeno marcado pela finalidade econômica daquele que se beneficia pela participação infantil, não há como se esquivar da conclusão de que a exposição dessas crianças nas mídias sociais faz parte de um produto maior, carregado de valor de mercado. Por tal razão, segundo conceituação de Cavalcante (2012), o *sharenting* deve ser definido como trabalho infanto-juvenil artístico.

A autora destaca que é irrelevante a contrapartida econômica pela participação da criança e do adolescente: o simples fato de haver uma troca de produtos ou a criação de

oportunidades, visando contratos futuros, já é suficiente para que se configure o trabalho artístico infanto-juvenil. Nesse sentido, o perfil de Enrico Bacchi conta com diversas postagens “patrocinadas”, cujo objetivo consiste na divulgação de um produto ou marca em troca de uma contraprestação financeira. Ao analisar o perfil da criança, foi possível constatar que, das 33 postagens realizadas no mês de julho de 2019, nove tinham o propósito de fazer publicidade para alguma empresa, conforme demonstrado a seguir:





Figura 16 – Fotos do perfil de Enrico Bacchi de 01/07/2019 a 31/07/2019

No detalhe, a planilha abaixo indica a marca ou produto cujas fotos numeradas acima se destinam a divulgar:

Nº	Data da publicação	Marca/Produto divulgado
1	01.07.2019	Canal GNT
2	02.07.2019	I am just for little
3	04.07.2019	Tivoli Ecoresort Praia do Forte
4	05.07.2019	Tivoli Ecoresort Praia do Forte
5	18.07.2019	Beach Park – Porto das Dunas
6	20.07.2019	Carmel Charme Resort
7	27.07.2019	Spa Kids Criar Fabinho Araújo
8	28.07.2019	Tronco Play
9	31.07.2019	Tidelli Brasil Outdoor Living

Tabela 4 – Análise das publicações no perfil de Enrico Bacchi em julho de 2019

Importa destacar que a maioria das publicações enumeradas não manifesta, de maneira clara e precisa, sua natureza publicitária, o que dificulta que os seguidores as identifiquem imediatamente como tal: quando a intenção era promover um lugar, como o Tivoli Ecoresort, a imagem foi compartilhada juntamente com a localização do hotel; quando a intenção era promover um produto ou uma marca, como a loja de roupa “I am just for little”, a imagem postada no perfil da criança incluiu a marcação do perfil da empresa:



Figura 17 – Foto no perfil de Enrico Bacchi para divulgar Tivoli Ecoresort



Figura 18 – Foto no perfil de Enrico Bacchi para divulgar *I am just for little*

Apesar de não haver confirmação pela assessoria da apresentadora, alguns sites especulam que, por cada postagem patrocinada no perfil da criança, cobra-se o valor de R\$ 20.000,00, quatro mil a mais do que é cobrado quando a foto é figurada apenas pela mãe (CARUSO, 2018). Supondo que a informação seja verdadeira, apenas no mês de julho de 2019, pode se estimar que a criança recebeu R\$ 180.000,00.

Ainda assim, o objetivo econômico, por si só, não é suficiente para caracterizar o trabalho infanto-juvenil artístico. Além disso, é necessário que a atividade denote uma relação de subordinação, seja realizada com seriedade e sob direção de um terceiro, que cobra do artista obrigações inerentes ao seu trabalho (CAVALCANTE, 2012), requisitos estes que são integralmente preenchidos no caso do *sharenting*.

O envolvimento da criança na atividade é obrigatório – não voluntário –, e se destina à obtenção de lucros, não à espontaneidade. A atividade busca êxito e aprovação dos adultos, com enfoque no retorno financeiro para a marca que está sendo divulgada. Por exemplo, em uma campanha realizada para uma marca de roupa, Enrico aparece brincando de batucar um tambor. Por mais que seja algo divertido para a criança, a roupa, o cenário e a atividade foram pensadas por um adulto, que é quem detém o “poder” de instituir as regras da atividade, as quais não são alteráveis:



Figura 19 – Foto de Enrico Bacchi “brincando” com o tambor para publicidade

Nesse sentido, é importante observar que, por mais que o meio artístico seja naturalmente um ambiente competitivo, que exige dedicação e perfeccionismo, as atividades desempenhadas pelas crianças em escolinhas de música, teatro e dança são imediatamente

interrompidas pelos pais quando o menor perde o interesse ou quando isso o atrapalha em suas demais atividades. Ao contrário, quando a atividade ocorre em um contexto profissional, como no *sharenting*, adquire um *status* de compromisso, de modo que eventual objeção da criança à prática da atividade poderá acarretar multa rescisória e a cessação dos lucros. Por isso, os pais acabam se comportando como aliados da produção, pressionando os filhos para que aquela atividade seja realizada, muitas vezes em desatenção ao melhor interesse do menor e aceitando as condições desvantajosas impostas pelos contratantes.

Considerando-se, portanto, que a exposição das crianças nas mídias sociais deve ser encarada como uma modalidade de trabalho artístico infantil, é imperioso entender quais as consequências jurídicas decorrentes dessa constatação. No Brasil, não há regulamentação específica para o trabalho infanto-juvenil artístico, razão pela qual o estudo do tema envolve a interpretação de normas nacionais e internacionais (CAVALCANTE, 2012).

A doutrina majoritária entende pela licitude da prática, sob o fundamento de que, apesar de o artigo 7º, XXXIII, da CF/88 proibir qualquer tipo de trabalho para os menores de dezesesseis anos, o trabalho infanto-juvenil artístico configuraria uma exceção, respaldada pelo direito à liberdade de expressão previsto no artigo 5º, IV da CF e no artigo 8º da Convenção nº 138 da OIT, da qual o Brasil é signatário.

CF/88

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Artigo 8 (Convenção nº 138 da OIT)

1. A autoridade competente poderá conceder, mediante prévia consulta às organizações interessadas de empregadores e de trabalhadores, quando tais organizações existirem, por meio de permissões individuais, exceções à proibição de ser admitido ao emprego ou de trabalhar, que prevê o artigo 2²³ da presente Convenção, no caso de finalidades tais como as de participar em representações artísticas.
2. As permissões assim concedidas limitarão o número de horas do emprego ou trabalho autorizadas e prescreverão as condições em que esse poderá ser realizado.

²³ Artigo 2. 1. Todo Membro, que ratifique a presente Convenção, deverá especificar, em uma declaração anexa à sua ratificação, a idade mínima de admissão ao emprego ou ao trabalho em seu território e nos meios de transporte registrados em seu território; à exceção do disposto nos artigos 4 e 8 da presente Convenção, nenhuma pessoa com idade menor à idade declarada, deverá ser admitida ao emprego ou trabalhar em qualquer ocupação.

Assim, o requisito atualmente exigido para que as crianças possam participar desse tipo de trabalho artístico é a obtenção de alvará judicial, por aplicação do artigo 149, II, do ECA. Conforme dicção do §1º do mencionado artigo, a autoridade judiciária deverá observar: “a) os princípios desta Lei; b) as peculiaridades locais; c) a existência de instalações adequadas; d) o tipo de frequência habitual ao local; e) a adequação do ambiente a eventual participação ou frequência de crianças e adolescentes; f) a natureza do espetáculo”.

Além disso, o magistrado apenas expedirá o alvará após verificar, caso a caso, se os direitos fundamentais da criança estão sendo observados, considerando a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, sendo que o §2º do artigo 149, do ECA veda as determinações de caráter geral. Ou seja, a autorização deverá ser a exceção, que se aplica apenas quando for demonstrado o caráter indispensável da participação de menor.

Entretanto, estudos indicam que os magistrados não têm sido devidamente criteriosos ao autorizar o trabalho infantil: entre 2005 e 2010, foram concedidas 33.173 mil autorizações de trabalho para crianças e adolescentes, nos mais variados setores, segundo levantamento realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (CAVALCANTE, 2012). Segundo Robortella e Peres (2013), a jurisprudência consolidou um verdadeiro “direito à obtenção de alvará”, quando preenchido os requisitos legais.

Ainda que os alvarás judiciais sejam indiscriminadamente concedidos, frequentemente as crianças e adolescentes participam de produções artísticas e publicitárias sem antes passar pelo crivo de um juiz responsável por avaliar a pertinência da prática para os interesses do menor (CAVALCANTE, 2012). Em sua dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação da USP, em 2012, Sandra Cavalcante realizou uma pesquisa qualitativa exploratória sobre o trabalho infanto-juvenil artístico, em que foram entrevistados artistas mirins e seus responsáveis legais para avaliar as possíveis repercussões dessa atividade no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. A pesquisa revelou que as autorizações judiciais somente são providenciadas nas grandes produções e para as hipóteses em que o menor tenha um papel fixo. Nos casos em que as crianças e adolescentes atuam como figurantes ou no mercado publicitário, as mães pesquisadas não relataram a solicitação de alvará judicial, independentemente da quantidade de dias da duração da atividade.

Como, mesmo nos países que já possuem legislação específica sobre o tema, o *sharenting* ainda não é reconhecido como trabalho artístico infanto-juvenil, supõe-se que a obtenção de alvará judicial para os trabalhos desempenhados por essas crianças não é prática

rotineira, sobretudo quando o alcance da influência da criança é menor, isto é, quando seu público é mais restrito.

Nesse sentido, quando as campanhas publicitárias são destinadas à indústria tradicional (televisão, revistas, anúncios etc.) e o requisito da autorização judicial não é cumprido, as decisões sobre o nível de cuidado ao agir fica à critério das próprias agências, emissoras, produtores e diretores, o que torna as crianças ainda mais vulneráveis aos riscos da atividade. Os pais, muitas vezes, ficam sujeitos às condições que lhes são autoritariamente impostas e sequer recebem a cópia do alvará judicial para verificar o cumprimento daquilo que foi imposto judicialmente (CAVALCANTE, 2012).

Quando, por outro lado, as campanhas publicitárias são realizadas no contexto do *sharenting*, ainda que não se obtenha o alvará judicial, os pais parecem ocupar um protagonismo maior do que os empresários no gerenciamento das atividades dos filhos. Isso porque a própria essência da atividade dos influenciadores digitais é a transformação de um hobby em uma profissão e, por diversas vezes, é exigência das próprias marcas que o conteúdo seja produzido por um método “amador”, sem o envolvimento de um aparato de produção muito ostensivo, ao contrário das produções publicitárias da indústria convencional.

Nesse sentido, dentre os diversos pontos preocupantes verificados por Cavalcante, quais sejam, a relação com a escola e a rotina; saúde; os bastidores, os riscos e a remuneração e; a pressão familiar, apenas parte deles parece encontrar a mesma relevância nos casos de *sharenting*.

Sobre a relação com a escola e a rotina, a autora constatou que, nos casos em que o trabalho artístico ocorre no âmbito da indústria tradicional, a escola adota uma postura conivente para que os boletins não reflitam a ausência das crianças em sala de aula, motivadas, em sua maioria, por gravações de comerciais que duram o dia inteiro, testes que se realizam apenas em um período, novelas, filmes e seriados que envolvem viagens ou gravações no período da manhã. A rotina das crianças é imprevisível, pois cada dia é diferente do outro e os compromissos são avisados apenas no dia anterior, especialmente os testes para produções (CAVALCANTE, 2012).

No *sharenting*, são as empresas que procuram as micro-microcelebridades para que seu produto seja divulgado, pois o perfil no Instagram das crianças se revela como uma plataforma da qual as marcas se aproveitam para alcançar seu mercado consumidor. É por isso que Karina

Bacchi afirmou, em entrevista, que escolhe a publicidade que será realizada pelo filho, a depender da mensagem que ela gostaria de passar e a partir do que o deixa confortável. Assim, a rotina e a frequência escolar da criança não parecem sofrer tanta interferência quando a exposição das crianças e adolescentes é feita pelos pais nas mídias sociais.

Sobre a saúde, o trabalho artístico infanto-juvenil tradicional é responsável por desregular os horários e pela perda de qualidade da alimentação das crianças. Pela rotina corrida, as crianças acabam tendo que comer em qualquer lugar e a falta de tempo impede que as mães se dediquem a planejar uma alimentação mais saudável. Os artistas mirins apontaram problemas de saúde, dentre os quais o mais recorrente foi a ansiedade, seja pela responsabilidade do papel recebido e pela curiosidade em saber o resultado de seu desempenho, seja porque não sabe se passou no teste ou por efetivamente não ter sido selecionado. Além disso, várias crianças reportaram sentir cansaço e insônia, decorrentes da rotina desregulada, e problemas com autoestima, decorrentes do ambiente competitivo e egos acentuados.

Novamente, as crianças submetidas à exposição do *sharenting* parecem não enfrentar o mesmo tipo de problema, exatamente porque os pais têm liberdade para escolher o momento em que determinada fotografia ou determinado vídeo da criança será produzido, sem que atrapalhe seus afazeres diários e sem prejuízo de que a divulgação do conteúdo ocorra no horário determinado pela empresa. O ambiente competitivo também não parece se perpetuar, uma vez que o perfil no Instagram da criança faz as vezes de seu portfólio, o que enseja que as empresas somente entrem em contato quando há interesse no trabalho da criança, que sequer precisa ficar sabendo sobre eventual concorrência.

No trabalho infanto-juvenil artístico tradicional, os bastidores das produções revelam que os artistas mirins não recebem qualquer tratamento especial em relação aos adultos: como eles estão sendo remunerados, são vistos como mais um integrante da equipe, cujo objetivo é criar um produto capaz de recuperar o investimento inicial. Especificamente no caso de campanhas publicitárias, a sessão de fotos ou filmagem são marcadas na véspera e o início das atividades às 6h e chega até às 21h, devendo a criança madrugar, faltar na aula e ficar à disposição da produção. Além disso, as produções não permitem que a mãe ou o pai efetivamente acompanhem a criança durante as gravações, os deixando de fora do estúdio enquanto a criança trabalha.

No *sharenting*, o conteúdo produzido não exige que ninguém, além da mãe/pai e da criança, esteja envolvido. E, ainda que seja necessária a contratação de um profissional para

exercer determinada atividade, como um fotógrafo, o serviço prestado poderá ser fiscalizado constantemente e de perto pelos pais, pois são eles que efetivamente gerenciam a exposição dos filhos nas mídias sociais.

Há um ponto verificado pela autora, entretanto, que encontra espelhamento no *sharenting*: a exploração infantil a que as mães submetem as crianças. Na indústria tradicional, várias entrevistadas relataram que as mães chantageiam os filhos para que façam a cena ou a pose e os forcem a participar das produções mesmo à contragosto. O desconhecimento dos direitos e das necessidades reais das crianças, aliados aos interesses pessoais dos pais, que podem incluir motivações não financeiras, como a vaidade e a obtenção de sucesso e fama, abre espaço para que a saúde e a boa formação das crianças sejam prejudicadas por essas famílias.

Igualmente, nos casos de *sharenting*, a exposição a que as crianças são submetidas não é uma escolha própria e sim dos pais, que se agrava pelo fato de que as crianças muitas vezes simplesmente não compreendem que sua imagem, capacidade e força de trabalho estão sendo exploradas. Um dos trechos da entrevista de Karina Bacchi permitiu constatar isso de forma evidente, pois a apresentadora diz que, como o filho se tornou uma pessoa famosa, pessoas desconhecidas a param na rua, chamando pelo nome do filho, querendo segurar no colo e tirar foto e ele não entende o porquê:

“Ele não entende o porquê... Só entende que as pessoas têm muito carinho por ele e olham para ele, às vezes já de longe e já sabem o nome dele... Isso é diferente e é muito legal ao mesmo tempo, porque a gente tá passeando e vem: “ai Enrico, sou sua fã...ai como ele é fofo”. Muitas nem falam comigo, esquecem que eu estou do lado. [...] E o mais legal é que chega: “Ai Enrico, eu te sigo no Instagram, eu te sigo... Ele nem sabe o que está acontecendo, mas é tranquilo”.

Ou seja, assim como ocorre na participação artística infanto-juvenil tradicional, o *sharenting* percorre um caminho em que os pais deixam de lado seu papel de responsáveis por garantir a proteção e a segurança dos menores para assumir uma posição de interessados na exploração da força laborativa de seus filhos.

E isso parece encontrar uma faceta ainda mais perversa quando a exposição das crianças e dos adolescentes acontece nas mídias sociais, pois, enquanto a indústria tradicional concentra o trabalho desempenhado nos estúdios e nos locais em que ocorrem as gravações e os testes, no *sharenting*, a criança está sempre à disposição dos pais: sua força laboral pode ser explorada independente da hora ou do lugar. Isso se deve ao fato de que, ainda que as postagens realizadas não tenham como finalidade precípua a divulgação de algum produto ou marca específica, a

exploração habitual da rotina da criança também faz parte do trabalho desempenhado, pois é assim que se conquista seguidores e, conseqüentemente, desperta o interesse das empresas em celebrar contratos para divulgação de seus produtos.

Em outras palavras, ainda que várias postagens não tenham uma contrapartida financeira imediata, tudo o que é postado do perfil do Instagram da criança possui valor comercial, justamente por ser o meio pelo qual a mãe cria oportunidade de contratos com outras marcas. Assim, retomando a análise do perfil de Enrico Bacchi no mês de julho de 2019, portanto, é possível visualizar que, apesar de serem nove as publicações que declaradamente se destinaram à divulgação de alguma marca, as demais 24 postagens também devem ser encaradas como trabalho infanto-juvenil e, nessa última hipótese, a própria mãe faz o papel de tomadora dos serviços.

Decorre daí a conclusão de que as situações que são objeto de preocupações nos casos do trabalho artístico infanto-juvenil tradicional, não parecem encontrar o mesmo significado no *sharenting*. Isso não quer dizer, entretanto, que a atividade não deva ser reconhecida como trabalho ou que criança fica a salvo de qualquer tipo de violação aos seus direitos, mas tão somente que a exploração da força laboral desses indivíduos ocorre de maneira distinta do que na indústria tradicional, de modo que, com mais razão ainda, constata-se a urgente necessidade de que o tema seja estudado e analisado pelos estudiosos do direito.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo proporcionou reflexões importantes a respeito de como o *sharenting* comercial pode ser incorporado no sistema de proteção integral ao menor previsto pela Constituição de 1988 e pelo ECA. Para tal, realizou-se o estudo de três casos que permitiram verificar como esse fenômeno pode repercutir na imagem, na capacidade e no direito das crianças e dos adolescentes como trabalhadores.

A partir do caso Melody, constatou-se que o *sharenting* comercial envolve a exploração de uma imagem adultizada e erotizada dos menores para atender fins mercadológicos. O fenômeno é marcado pelo desejo de visibilidade pública e pela possibilidade de identificação das crianças e dos adolescentes que ostenta riscos decorrentes da ação de pedófilos, criminosos e cyber criminosos, além do chamado “sequestro digital”.

As restrições objetivas ao uso da imagem de crianças e adolescentes são ineficazes para proteger esses indivíduos contra danos provocados pelos próprios pais, pois se limitam a tutelar contra ações do Estado e dos agentes privados. Por conseguinte, a adequação do *sharenting* comercial aos ditames da doutrina da proteção integral ao menor deve ser efetivada por limitações de ordem subjetiva, que demandam que a análise de eventual violação à dignidade da criança e do adolescente seja feita casuisticamente.

A referida subjetividade pode ser mitigada a partir de uma análise dupla: (i) previamente à veiculação da imagem, pelos próprios pais, buscando antecipar as consequências da exposição e; (ii) após a referida veiculação, em uma análise casuística, que dependerá muito mais da consequência objetiva verificada na esfera do menor do que da boa-fé subjetiva dos pais.

Preventivamente, sugere-se um modelo de saúde pública para a conscientização dos pais sobre os riscos decorrentes do *sharenting* e cuidados que devem ser adotados para a proteção destas crianças. Esse modelo pode ser surpreendentemente eficaz considerando o poder de fiscalização que a família exerce entre seus membros, capaz de gerar uma espécie de autocensura entre os próprios pais.

Já no que concerne a atuação corretiva do Ministério Público, esta pode ocorrer em duas frentes. A primeira visa buscar reparação para os danos já causados aos menores, responsabilizando civilmente os culpados. A segunda é no sentido de prevenir a ocorrência de novos danos, seja através de uma ação judicial com pedido de obrigação de não fazer, que proíba os pais a compartilhar qualquer informação prejudicial ao filho, seja por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta, que imponha deveres a serem seguidos pelos pais quando da veiculação da imagem dos filhos.

Ocorre que, por mais relevante que seja a atuação do Ministério Público, a sua atuação não reverte os danos já causados às estas crianças, considerando que a informação existente nas mídias sociais dificilmente se perde. Neste contexto, desponta a relevância do direito ao esquecimento, que, em essência, é um direito “contra uma recordação opressiva de fatos” potencialmente obstrutiva da capacidade de evolução e modificação do ser humano. Esse instituto jurídico possibilitaria ao indivíduo apagar a ‘pegada digital’ construída por seus pais, pois o propósito das informações divulgadas pelos adultos se esvai à medida em que os menores se desenvolvem.

Mas, para que o direito ao esquecimento efetivamente se coloque como uma medida legal promissora para remediar os danos causados pelo *sharenting*, exige-se uma evolução no posicionamento jurisprudencial brasileiro sobre as obrigações dos provedores de internet pelo conteúdo gerado por terceiros (EBERLIN, 2017).

Por fim, observa-se que, embora a prática seja difundida nas redes sociais, os estudos acadêmicos, no Brasil, sobre o *sharenting* ainda são incipientes. Desta forma, mais pesquisas são necessárias para que o *sharenting* comercial seja reconhecido como uma forma de trabalho artístico infanto-juvenil. E, para que as crianças tenham seus direitos resguardados, ainda que não o fato não seja considerado como trabalho infantil nas modalidades tradicionais.

6. REFERÊNCIAS

ABIDIN, C. Communicative s2 intimacies: Influencers and Perceived Interconnectedness. **Ada New Media**, Singapura, 2015. ISSN 8. Disponível em: <<https://adanewmedia.org/2015/11/issue8-abidin/>>.

ABIDIN, C. Micromicrocelebrity: Branding Babies on the Internet. **M/C Journal**, Singapura, v. 18, 2015. ISSN 5. Disponível em: <<http://journal.media-culture.org.au/index.php/mcjournal/article/viewArticle/1022>>.

ABIDIN, C. #familygoals: Family Influencers, Calibrated Amateurism, and Justifying Young Digital Labor. **Social Media + Society**, Singapura, 2017. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305117707191>>.

AMMARI, T. et al. **Managing Children's Online Identities: How Parents Decide what to Disclose about their Children Online**. The 33rd Annual ACM Conference. [S.l.]: [s.n.]. 2015. p. 1895-1904.

ANDRADE MARTINS, G. ESTUDO DE CASO: UMA REFLEXÃO SOBRE A APLICABILIDADE EM PESQUISAS NO BRASIL. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 8-18, enero-abril 2008.

ANTONIASSI, H. M. M. **O Trabalho Infantil no Brasil e a Doutrina da Proteção Integral**. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2008.

AVG DIGITAL DIARIES. **Would you want a digital footprint at birth?**, 2010. Disponível em: <<https://jrsmith.blog.avg.com/2010/10/would-you-want-a-digital-footprint-from-birth.html>>.

BACCHI, E. @enricobacchioficial. **Instagram**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/enricobacchioficial/?hl=pt-br>>.

BLUM-ROSS, A.; LIVINGSTONE, S. Sharenting: parent blogging and the boudaries of the digital self. **Popular Communication**, Londres, v. 15, n. 2, p. 110-125, Maio 2017. ISSN 1540-5702. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/67380/1/Blum-Ross_Sharenting_revised_2nd%20version_2017.pdf>.

BOVY, P. M. The Ethical Implications of Parents Writing About Their Kids. **The Atlantic**, 2013. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/sexes/archive/2013/01/the-ethical-implications-of-parents-writing-about-their-kids/267170/>>.

BRASIL [CONSTITUIÇÃO (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF, n. Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 16 de Julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>.

BRASIL. **Marco Civil da Internet**. Lei 12.964/14. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm Acesso em: 10/11/2019.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados**. Lei nº 13.709/2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm Acesso em: 10/11/2019

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recorrentes: YAHOO! do Brasil Internet LTDA. e Google Brasil Internet LTDA. Recorrida: D. P. N. **RECURSO ESPECIAL Nº 1.660.168 - RJ (20140291777-1)**; Redator designado: Min. Marco Aurélio Bellizze. 3ª Turma. 08 de maio de 2018. DJE 05/06/2018.

CARDIN, V. S. G.; GUERRA, M. G. R. M. Da utilização da imagem da criança em produções artísticas e publicitárias. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, v. 14, n. 1, p. 185-210, jan/jun 2014.

CARUSO, M. Karina Bacchi cobra R\$ 20 mil por post com o filho de um ano. **O Globo**, 2018. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/marina-caruso/post/karina-bacchi-cobra-r-20-mil-por-post-com-o-filho-de-um-ano.html>>.

CAVALCANTE, S. R. **Trabalho artístico na infância: estudo qualitativo em saúde do trabalhador**. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C.; FERREIRA, H. **Estudo no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

COIMBRA, A. J. G.; MARCELINO, R. M. A. A Infância Contemporânea Segundo o Caso MC Melody. **XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo SP**, São Paulo, 2016.

CURY JR., D. **A proteção jurídica da imagem da criança e do adolescente**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

DAVID, P. Os direitos da criança e a mídia: conciliando proteção e participação. In: CARLSSON, U.; VON FEILITZEN, C. **A criança e a mídia: imagem, educação, participação**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo e Maria Elizabeth Matar. UNESCO Brasil. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 37-42.

DEFRANCO, P. WOW. We Need To Talk About This. **Youtube**, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fvoLmsXKkYM>>.

EBERLIN, F. B. V. T. Sharenting, liberdade de expressão e privacidade de crianças no ambiente digital: o papel dos provedores de aplicação no cenário jurídico brasileiro. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 256-274, 2017.

EHRHARDT JÚNIOR, M. A. D. A. Uma agenda para o direito ao esquecimento no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 383-410, 2017.

ELIAS, R. J. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

HERINGER, C. MÃE DE MC MELODY QUEBRA SILÊNCIO SOBRE CARREIRA DA FILHA. **EXTRA**, 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/famosos/mae-de-mc-melody-quebra-silencio-sobre-carreira-da-filha-23391117.html>>.

KARHAWI, I. **Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão**, São Paulo, 17, n. Edição especial de 70 anos da Faculdade Cásper Líbero, 2017. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Artigo-1-Communicare-17-Edi%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf>>.

KARHAWI, I. **De blogueira à influenciadora: motivações, ethos e etapas profissionais na blogosfera de moda brasileira**. Tese de Doutorado - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-17092018-163855/pt-br.php>>.

KUMAR, P.; SCHOENEBECK, S. **The Modern Day Baby Book**. The 18th ACM Conference. Vancouver: ACM Digital Library. 2015.

LETRAS. Badboy (part. Túlio Rocha) - Melody, 2019. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/mc-melody/badboy-part-tulio-rocha/>>. Acesso em: 01/12/2019.

LOPEZ, L. K. The radical act of 'mommy blogging': redefining motherhood through the blogosphere. **Sage Journals**, Indiana, 11, n. 5, Julho 2003. 729-747. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444809105349>>.

MACHADO, M. D. T. **A Proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos**. 1ª. ed. Barueri: Manole, 2003.

MARTINS, R. S. **Entre curtidas no Instagram: a exposição de crianças nas redes sociais e suas possíveis consequências ao desenvolvimento infantil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

MEDEIROS NETO, X. T.; MARQUES, R. D. **Manual de Atuação do Ministério Público na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília: CNMP, 2013.

MELODY. @melodyoficial3. **Instagram**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/melodyoficial3/?hl=pt-br>>.

MELODY. @melodyoficial3. **Instagram**, 2019. Disponível em: <<https://www.instagram.com/melodyoficial3/?hl=pt-br>>.

MELRO, A. Atividades das crianças e jovens no espectáculo artístico e desportivo: a infância na Indústria do Entretenimento. **Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ**, p. 9-30, 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Ministério Público de São Paulo investiga MCs mirins: Crianças são expostas como cantoras de funk com letras cheias de termos depreciativos**, 2015. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id_noticia=13364818&id_grupo=%20118&id_style=1>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **MC Belinho assina acordo com MPT sobre o trabalho de artistas mirins agenciados por ele**. 2015. Disponível em: <<http://www.prt2.mpt.mp.br/261-mc-belinho-assina-acordo-com-mpt-sobre-o-trabalho-de-artistas-mirins-agenciados-por-ele>>.

MINKUS, T.; LIU, K.; ROSS, K. **Children Seen But Not Heard: When Parents Compromise Children's Online Privacy**. International World Wide Web Conference Committee. Florência: [s.n.]. 2015.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 138 [lei na internet]**. Genebra: ILO, 1973. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS_235872/lang--pt/index.htm>.

PLUNKETT, L. Why we should think before we talk about our kids online. **The MIT Press**, New Hampshire, 2019.

REDAÇÃO - O ESTADO DE S. PAULO. Casal que maltratava os filhos no Youtube perde a guarda das crianças. **Estadão**, 2017. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,casal-que-maltratava-os-filhos-no-youtube-perde-guarda-das-criancas,70001760321>>.

REDAÇÃO - O ESTADO DE S. PAULO. Felipe Neto 'bane' MC Melody e critica pai por exposição da filha. **Estadão**, 2019. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/gente,felipe-neto-bane-mc-melody-e-critica-pai-por-exposicao-da-filha,70002683541>>.

RETTORE, A. C. D. C.; BORGES E SILVA, B. D. A. A exposição da imagem dos filhos pelos pais: regular exercício da autoridade parental ou violação ao direito da personalidade da criança e do adolescente. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 193-207, 2016.

SCHREIBER, A. **Marco Civil da Internet: Avanço ou Retrocesso? A Responsabilidade Civil por Dano derivado do Conteúdo Gerado por Terceiro**, 2018. Disponível em: <<http://sdls.com.br/uploads/files/2018/06/artigo-marco-civil-internet-1529497697.pdf>>.

STEINBERG, S. B. Sharenting: Children's Privacy in the Age of Social. **66 Emory L.J.** 839, 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF referenda liminar que afastou competência da Justiça do Trabalho para autorizar trabalho artístico de menores**. Supremo Tribunal Federal, 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=391020>>.

TERRA, A. D. M. et al. **Direito Civil Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2016.

TERRA, C. **Usuário-mídia: a relação entre a comunicação organizacional e o conteúdo gerado pelo internauta das mídias sociais**. Tese de Doutorado - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, Fevereiro 2011. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-02062011-151144/pt-br.php>>.

TERRA, C. Do broadcast ao socialcast: apontamentos sobre a cauda longa da influência digital, os microinfluenciadores. **Revista Comunicare**, São Paulo, v. 17, n. Edição Especial de 70 anos da Faculdade Cásper Líbero, 2017. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Artigo-4-Communicare-17-Edi%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf>>.

VERSWIJVEL, K. et al. Sharenting, is it a good or a bad thing? Understanding how adolescents think and feel about sharenting on social network sites. **Children and Youth Services Review**, 2019.

WANG, Y. et al. **Privacy Nudges for Social Media: An Exploratory Facebook Study**. WWW 2013 Companion - Proceedings of the 22nd International Conference on World Wide Web. [S.l.]: [s.n.]. 2013. p. 763-770.

WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. **Digital in 2018**, Janeiro 2018. Disponível em: <<https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>>. Acesso em: 20/10/2019.

WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. **Digital in 2019**, Janeiro 2019. Disponível em: <<https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>>. Acesso em: 20/10/2019.

YIN, R. K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.